



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 05/IX-4º/2009

- 1 - Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, pelas 21H15, nas instalações do Grupo de Amigos da Costa, sita na Rua Serafim Martins, na Costa de Caparica, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, referente ao mês de Fevereiro, com a seguinte agenda:-----
 - 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos-----
 - 2 - Período de Antes da Ordem do Dia-----
 - 3 - Período da Ordem do Dia-----
 - 3.1 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.-----
 - 3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração por Adaptação ao Regulamento do Plano Director Municipal".-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quorum.-----
- 3 – Estiveram presentes quarenta e três eleitos na reunião, (não foi substituído o Sr. António Rodrigues Anastácio).---
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Bruno Ramos Dias; José Luís Abreu Leitão; Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães; André Vieira Pinharanda Delgado; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; José Gabriel Guiomar Joaquim; Paula Cristina Loureiro Coelho; Maria da Graça Contreiras de Matos Mascarenhas Pessoa; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Amadeu Dinis Vaz; Caetano da Conceição Rolo; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Domingos José Soares de Almeida Lima; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; Miguel Ângelo Moura Salvado; Helena Maria Gomes de Oliveira; Luís Filipe da Cruz Pereira; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; José Mário Castelhana Ferreira; Maria Manuela Batista C. S. Lopes; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; Francisca Luís Baptista Parreira; António José Pinho Gaspar Neves e Vitor Manuel dos Santos Castanheira.-----
- 4 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----
- 4.1 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Rui Manuel Gonçalves Viana, em representação do Clube de Campismo do Concelho de Almada, morador na Rua D. José de Alarcão, nº 1 1º Esq. - 2805-319 Almada.-----
- 4.1.1 - O Exm.º Senhor Município Rui Manuel Gonçalves Viana:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Exm.^o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Almada, Exm.^a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Almada, Senhores Vereadores e Autarcas, Senhoras e Senhores, a todos, muito boa noite.-----

O meu nome é Rui Viana e estou aqui como representante do Clube de Campismo do Concelho de Almada, na qualidade de seu Presidente do Conselho Director e quero desde já agradecer o facto de me concederem autorização para poder intervir nesta Assembleia.-----

A minha presença aqui hoje nesta Assembleia tem como finalidade manifestar a minha grande preocupação, que é no fundo a grande preocupação dos cerca de 12000 sócios que represento, relativamente à situação e ao desenvolvimento do processo Polis da Costa de Caparica, no que diz respeito à tão falada e programada deslocalização dos Parques de Campismo para a já famosa embora ainda não existente "Aldeia Campista" do Pinhal do Inglês, onde se pretendem instalar 3 Clubes de Campismo com um enorme historial associativista.-----

Isto porque, embora sejamos nós, campistas, uma das duas partes envolvidas no problema, normalmente somos sempre os últimos a saber dos desenvolvimentos do processo e de uma forma geral só o sabemos através da imprensa, dos boatos, das críticas mal intencionadas que grupos adversos à nossa existência conseguem cobardemente divulgar, sem terem a coragem de nos confrontar para uma cordial troca de ideias e, quem sabe, alcançarmos uma solução que a todos seja favorável. Parece-me que há por aí quem queira desvalorizar ou ignorar os campistas transformando-nos em marginais e indesejáveis, mas nós não somos nenhuma seita fanática, somos apenas e só desportistas que amam, respeitam e preservam a natureza, e prezamo-nos de ser cidadãos de respeito e ter nas nossas fileiras desde o mais humilde cidadão ao mais conceituado intelectual. Nós, campistas, não queremos guerras nem desavenças, queremos diálogo, sério e honesto, dentro do maior respeito pela dignidade humana. Mas infelizmente, na passada semana, surgiu mais um artigo publicado no Jornal da Região, que fez com que eu me decidisse a vir hoje aqui solicitar publicamente alguns esclarecimentos.-----

O CCCA completou no passado ano, 60 anos de existência, e como creio que todos sabem, tem desde há 38 anos o seu Parque de Campismo sediado aqui na Costa de Caparica, mais propriamente na Praia da Saúde. Ao longo de todos estes anos, e a Autarquia tem disso plena consciência, desenvolvemos uma actividade social, cultural, desportiva e recreativa, com uma dimensão que a história se encarregará de elogiar. Não temos sequer dúvidas de que contribuímos, ao longo de todos estes anos, para a elevação da Costa de Caparica a Cidade, graças ao desenvolvimento e frequência que o campismo proporcionou, dando vida e negócio, quer a comerciantes, feirantes, agricultores e pescadores. Mais ainda, durante todos estes



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

anos, prezamo-nos de ter correspondido e cumprido legalmente e fiscalmente com todas as nossas obrigações, a nossa responsabilidade e honestidade perante todos os Organismos Oficiais que sobre nós exercem poder: O Governo, a Autarquia, os Organismos controladores do Turismo, da Natureza, do Ambiente, etc. etc. Aquilo que nunca fomos nem queremos ser é clandestinos ou beneficiários de Leis criadas para protecção da clandestinidade. Jamais ocuparemos clandestinamente os espaços que não nos estiverem reservados, e jamais encheremos de betão as matas ou pinhais que nos sejam destinados, pois temos a alegria de ser como o caracol e por isso não utilizamos matérias fixas nos nossos alojamentos.-----

O CCCA, para além de ser uma instituição de utilidade pública e responsável pela acção social, cultural e desportiva que já mencionei, é também em paralelo uma entidade patronal que tem no seu seio cerca de 50 funcionários directamente dependentes e cerca de mais 30 através de prestadores de serviços ao nível da segurança e limpeza, com quem temos contratos de prestação. Tudo somado, somos maiores do que muitas das médias empresas do nosso país e por isso temos uma responsabilidade moral muito elevada. Digamos que são cerca de 80 famílias que dependem dos nossos ordenados para fazerem face aos seus orçamentos familiares. Não queremos de forma alguma entrar no comboio do oportunismo e com base no argumento da crise pormos também no desemprego uma parte do nosso pessoal. Mas para isso temos que forçosamente contar com o apoio da Autarquia para salvaguardar as nossas funções. Não podemos ser tratados como filhos pródigos do Associativismo, nem podemos deixar que façam de nós aquilo que fazemos das embalagens dos produtos de consumo que é como quem diz: "Serve-te e deita fora". Quero com isto dizer que os Clubes de Campismo, que em tempos foram muito úteis e utilizados, até alcançarmos a democracia em que hoje felizmente vivemos, não podem ser agora ignorados só porque erradamente se pretende vender a Costa de Caparica a quem não a merece, ou a quem por ela nada fez ao longo do tempo. A finalidade, o objectivo, a prestação social e cultural dos referidos Clubes, essas são as mesmas, e sempre acreditámos que a requalificação da Costa de Caparica era de facto para benefício dos seus cidadãos e não para outros fins.-----

Comparando-nos portanto como uma empresa, é lógico que para cumprir com uma determinada responsabilidade e gestão, com uma determinada estrutura e obrigação, temos que conseguir os nossos objectivos mínimos de produção. E a nossa produção são os espaços alugáveis que proporcionamos aos nossos associados. Ora, o Programa Polis, tal como está delineado, vai reduzir-nos esta nossa produção em 2/3, deixando-nos pouco mais de um terço do espaço de que agora temos. E aqui está a nossa grande preocupação, não só como



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

prestadores deste serviço social, cultural e desportivo, mas também como existência futura em termos de Clube.-----

Para colmatar esta lacuna, se ela for de facto inevitável, nós precisamos de construir em paralelo com o Pinhal do Inglês, outro parque, até atingirmos a actual dimensão que temos, e para isso, estamos dispostos a investir e criar de novo estruturas como fizemos nestes 38 anos no Parque da Saúde, porque somos persistentes e lutamos pelo nosso bem estar.-----

Para isso precisamos da ajuda preciosa da Autarquia, no sentido de nos poder alugar, vender ou ceder um espaço próprio para este fim. Várias têm sido as hipóteses aventadas, mas infelizmente esbarramos sempre nos problemas de protecção ambiental, de reservas especiais, etc. etc., muito embora vejamos com tristeza que alguns desses espaços que dizem não poder servir para nós, que os sabemos dignificar e respeitar, serem depois utilizados em desportos radicais que não preservam, antes pelo contrário destroem e poluem o ambiente.-----

Posto tudo quanto disse, e também porque achamos que os Parques de Campismo podem agora voltar a ter uma utilidade semelhante à de outrora e que foi lembrada no tal artigo do Jornal da Região, que no antigamente era “permitir que as pessoas do interior do concelho tivessem acesso à praia”, nós achamos que podemos agora ser de novo utilidade como alternativa importante e dar um contributo positivo para minimizar a actual crise económica que atravessamos, e enquanto a recessão se mantiver instalada, que nos parece vir a ser um período bastante longo, podermos proporcionar férias, lazer e entretenimento a preços acessíveis às bolsas dos trabalhadores, em troca das férias de luxo a que muitos se acostumaram e que agora as vão vendo impossíveis de manter ou repetir. Gostava pois de colocar algumas questões, para as quais solicito a possível resposta, as quais são importantes para que haja uma informação correcta aos nossos associados e utentes e também para que a respectiva gestão do Clube possa ser feita atempadamente e em condições, questões essas que são as seguintes:-----

1º - A Autarquia tem ou não condições para ceder, vender ou alugar um terreno para o CCA criar um Parque de Campismo, complementar ao Pinhal do Inglês, que lhe permita manter a mesma dimensão como Clube?-----

2º - O Programa Polis vai mesmo avançar dentro dos prazos previstos, ou podemos compará-lo, dentro das suas reduzidas dimensões é claro, ao TGV, Aeroporto, etc., e propor ao Governo que o deixe em “Banho Maria” até a crise económica passar e o País criar condições económicas que justifiquem o seu avanço?-----

3º - No caso de avançar, há ou não verbas disponibilizadas e condições para a criação dos novos Parques no Pinhal do Inglês, dentro dos prazos previstos, ou estão previstos atrasos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

significativos que permitam aos Clubes continuar os seus investimentos nos actuais Parques, para não deixar degradar as instalações e continuar a prestar um serviço de qualidade?-----

4º - Podemos garantir aos nossos associados, para os libertar dos “papões” jornalísticos que de vez em quando aparecem, que o Parque da Saúde só acaba quando estiver concluído o Pinhal do Inglês e garantida a sua mudança?”-----

4.2 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Gualter Barbas Baptista, morador na Rua Eucaliptos, Vivenda Aurora, 5 - Laranjeiro - 2810-209 Almada.-----

4.2.1 - O Exm.º Senhor Município Gualter Barbas Baptista:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A razão que me traz aqui é a mesma que me trouxe aqui da última vez, infelizmente. Mas em primeiro lugar eu gostaria de saudar a Câmara Municipal de Almada pela obtenção do 2º Prémio na Semana Europeia da Mobilidade, que penso que é um motivo de orgulho para o Concelho e sobretudo está associado àquilo que nós temos vindo a defender e que vim aqui falar também na última Sessão, que é a zona pedonal de Almada. Contudo, este prémio arrisca-se também a tornar-se um motivo de vergonha para o Município e isto porque a zona pedonal infelizmente continua a ser a zona pedonal com mais circulação automóvel do mundo. Continuam a circular carreiras da TST que são veículos pesados e com um grande nível de ruído e que ameaçam inclusivamente os peões que vão a atravessar a rua. Já tive ocasião de assistir a uma pessoa que foi abalroada por um desses autocarros e que não se justifica, porque de facto existe lá uma linha de metro que já serve esses fins, continua a haver uma circulação ilegal, quer circulação quer estacionamento ilegal de veículos sem autorização para estarem nessa zona pedonal, e que não são de forma alguma sancionados, continua a haver um excesso de autorização a veículos, os cartões de acesso atingem neste momento cerca de pelo menos segundo as palavras do Sr. Vereador, mil acessos especiais numa zona pedonal. Como já devem ter visto foi criado um movimento para defesa desta zona pedonal e nós realizámos duas acções de rua que tiveram bastante mediatismo, pelas piores razões infelizmente, uma delas a primeira resultou em agressões por parte da Polícia e em detenções que consideramos ilegais e como tal também já foi apresentada queixa quer à Polícia, quer ao IGAI e na segunda acção a Polícia não se satisfazendo com a intervenção na primeira, enviou uma Brigada de Intervenção Rápida, provavelmente a mesma que aparecendo de cara tapada vêm intimidar as pessoas que estavam a circular pacificamente na zona pedonal. Não sendo este o objectivo central do nosso movimento quero aqui deixar a minha manifestação de que penso que seria de bom gosto que esta Assembleia Municipal tomasse uma posição de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

condenar esta actuação da Polícia perante cidadãos que estavam a celebrar pacificamente a zona pedonal.-----

Voltando ao tema central que é a zona pedonal, o movimento decidiu lançar um abaixo-assinado que essencialmente visa fazer cumprir aquilo que está estabelecido no Regulamento que regula a área da zona pedonal que é o Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação da UOGEC Almada Centro, que se não estou enganado terá sido aprovado quer pelo Executivo, quer por esta Assembleia.-----

Pois bem, este Regulamento contem vários aspectos que não estão a ser cumpridos. Um deles tem a ver com as regras para operações de cargas e descargas que estão estabelecidas pelo nº 2, do artigo 14º, do Regulamento, e que só podem supostamente efectuar-se entre as 07 e as 10, e as 14 e as 15 horas, e entretanto verificamos cargas e descargas em qualquer altura do dia em locais que não estão autorizados para essas cargas e descargas. Por outro lado continua a não ser cumprida a velocidade máxima de circulação rodoviária que é de 10 km por hora, qualquer pessoa que passe nessa zona verifica que os automóveis não só andam a 20, a 30 como a 40 ou 50 e quando não é a mais a meio da noite. O estacionamento continua a ocorrer em violação do nº 1, do artigo 14º, e continua a haver o tal excesso de cartões de acesso que segundo diz o nº 2, do artigo 7º, do Regulamento teria que ser apenas o número de cartões a emitir não poderia ultrapassar a capacidade máxima de garagem. Ora garagens privadas dentro da zona pedonal certamente que não ultrapassa os cinquenta lugares, e neste momento temos cerca de mil autorizações. Eu passo a ler rapidamente o abaixo-assinado esperando não ocupar muito tempo, é curto e que diz, já agora devo dizer que só será lançado sexta-feira, porque espero que os Deputados desta Assembleia sejam os primeiros a assinar, gostaria que todos concordassem de facto com o conteúdo disto. E portanto fica aberto às vossas propostas de alteração, até amanhã às cinco da tarde.-----

Nós, abaixo-assinados, manifestamos o nosso apoio à recente criação da Zona Pedonal que atravessa o centro de Almada. Contudo, estamos preocupados com a situação de permanente desrespeito das regras aplicáveis a esta zona (estabelecidas pelo Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação da UOGEC Almada Centro) e que colocam em causa o ambiente e a segurança dos cidadãos e transeuntes. Com vista a assegurar o cumprimento do Regulamento e viabilizar a existência da Zona Pedonal, exigimos:-----

1. o desvio das actuais carreiras da TST (suburbanas) para percursos alternativos, evitando o atravessamento da Zona Pedonal por estas, o que não só constitui um problema de segurança para os peões, como deteriora progressivamente a calçada;-



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2. o respeito dos horários e regras para as operações de cargas e descargas, conforme estabelecido pelo nº 2, do Artigo 14º, do Regulamento;-----
3. uma fiscalização eficaz da circulação de veículos, apenas permitindo o acesso a automóveis devidamente autorizados e o cumprimento da velocidade máxima de circulação rodoviária (10 km/h), definida no Artigo 9º, do Regulamento;-----
4. a efectiva proibição do estacionamento dentro dos limites da Zona Pedonal, tal como refere o nº 1, do Artigo 14º;-----
5. o cumprimento rigoroso e na integra do nº 2, do Artigo 7º, do Regulamento, que refere que "o número de cartões a emitir não poderá ultrapassar a capacidade máxima da garagem". Foram emitidos cerca de um milhar de cartões de acesso, quando o conjunto das garagens da zona pedonal não ultrapassa algumas dezenas de lugares. Assim, deve ser cessada a validade de todos os actuais cartões de acesso a lugar privado, dada a sua inconformidade com o Regulamento aprovado.----

Acreditamos que, com o cumprimento das nossas exigências, poderemos ter uma zona pedonal que beneficie a cidade e a mobilidade dos seus habitantes e visitantes."-----

4.3 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município António F. Rodrigues, em representação da Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, Arsenal do Alfeite - Alfeite - 2810-001 Almada.-----

4.3.1 - O Exm.º Senhor Município António F. Rodrigues:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, vem uma vez mais denunciar o que considera uma atitude "lesa pátria" por parte deste governo, que apregoa uma coisa mas no refúgio dos seus gabinetes ministeriais coloca em prática coisas bem diferentes.-----

Vem isto a propósito de no passado dia 5 de Fevereiro terem sido publicados em Diário da República os Decretos-Lei nº32 e 33 de 2009 que extingue o Arsenal do Alfeite e cria a Arsenal do Alfeite SA.-----

Com a publicação do Decreto-Lei nº 32/2009 extingue-se a maior empresa do concelho de Almada, que ao longo dos últimos 70 anos cumpriu de forma ímpar através de gerações de Arsenalistas, a missão de construir e reparar navios para a Marinha de Guerra Portuguesa, sempre com o espírito de missão comum às respectivas guarnições de Marinheiros, superiormente reconhecido pelas sucessivas chefias da Armada Portuguesa, o que muito orgulha todos os que naquela casa deram o seu melhor ao longo de décadas, e que agora é pura e simplesmente desrespeitado por este governo ao tomar tal atitude referente ao Arsenal do Alfeite.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Com a publicação do Decreto-Lei nº 33/2009 cria-se a Arsenal do Alfeite Sociedade Anónima com capitais numa fase inicial 100% públicos, (diz-se numa fase inicial, porque também as OGMA, oficinas gerais de material de aeronáutica, no início começaram por 100% de capital público e neste momento 65% é detido pela Embraier multinacional brasileira), integrando-a na holding do estado para as indústrias de defesa a Empordef.-----

O actual governo toma esta decisão sem um estudo de viabilidade económica para a nova empresa, sem um estudo que comprove que o erário público vai pagar menos com a manutenção dos navios da Armada Nacional, isto é, não é do conhecimento público qualquer estudo que comprove que com a extinção do Arsenal do Alfeite e a criação da Arsenal do Alfeite SA, a Marinha vai passar a gastar menos com a manutenção das suas unidades navais.

Tendo em conta o atrás exposto a Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, considera lamentável a postura de um deputado do Partido Socialista eleito pelo distrito de Setúbal e vereador da Câmara Municipal de Almada, com certeza ao arrepio de muitos daqueles que o elegeram, estar de acordo com a destruição desta unidade industrial de máxima importância para o concelho de Almada, inclusive defendendo a manutenção dos navios da Marinha Portuguesa, garante da independência e soberania nacional, em qualquer país estrangeiro desde que os custos fossem mais baratos, ao depararmos-nos com este tipo de pensamento, podemos analisar o comportamento deste partido que sustenta este governo, no que às responsabilidades dos serviços públicos estão dispostos a assumir, por esta ordem de ideias poderemos questionar se não será menos dispendioso alugarmos a Marinha de Guerra de Espanha para substituir a portuguesa, e já agora ficarmos melhor servidos se contratarmos deputados estrangeiros que se preocupem em defender as empresas portuguesas e a soberania e independência nacional.-----

Outra situação gravosa com a criação da nova organização é a situação dos seus trabalhadores, os Arsenalistas, vão-se ver confrontados com a precariedade, a insegurança, e a redução dos seus salários, e dos seus postos de trabalho, uma vez que segundo as palavras do Ministro da Defesa Nacional a nova organização deverá funcionar, numa fase inicial o que não quer dizer que não possam ser menos, com cerca de 800 trabalhadores, (o arsenal do Alfeite neste momento labora com cerca de 1130 trabalhadores), numa altura em que o governo faz a defesa do emprego com tanta pompa e circunstância nos meios de comunicação social, o que na prática assistimos é a medidas similares às que estão a ser tomadas para o Arsenal.-----

Para que não restem dúvidas passamos a explicar, o arsenalista tem a possibilidade de escolher uma das seguintes opções:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- assina um contrato individual com a nova empresa e perde automaticamente o vínculo público, começando um relacionamento a partir do zero independentemente da idade, e podendo ser despedido em qualquer altura com direito à indemnização correspondente aos anos de trabalho na nova empresa;-----
- disponibiliza-se a trabalhar na nova empresa mas sem querer perder o vínculo público, o que só poderá acontecer através da celebração de um acordo de cedência de interesse público, que poderá caducar em qualquer altura desde que a nova organização o denuncie com um prazo de antecedência de 30 dias, sendo o trabalhador colocado no regime de mobilidade geral com redução do seu salário;-----
- o trabalhador não aceita nenhuma destas condições e é colocado no regime de mobilidade especial com a redução gradual do seu salário que pode ir até ao salário mínimo nacional.-----

Acrescentar que existe ainda a imposição de serem colocados em regime de mobilidade especial todos os trabalhadores que não sejam convidados a fazer parte da nova organização.-

Outra questão preocupante é a integração do Arsenal do Alfeite SA na Empordef, holding que tem como sua participada os Estaleiros Navais de Viana do Castelo que se encontra há dois meses sem Administrador consequência da saída do Eng. Arnaldo Navarro que acumulava as funções com a presidência da Empordef, numa altura de recessão no mercado onde está a responsabilidade destes actos que deixa uma empresa sem Administrador, não existe um estudo de mercado para a actividade da nova organização, e com a perspectiva de se apropriar da marca Arsenal do Alfeite para desenvolver negócios que em nada venham a contribuir para a Arsenal do Alfeite SA e seus trabalhadores, uma vez que esses negócios se perspectiva venham a ser desenvolvidos por empresas "out sourcing".-----

A Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite juntamente com os Arsenalistas, continuam a estar disponíveis para tudo fazer através de todos os meios consagrados em Lei, no sentido de prevalecer o bom senso e se impeça a destruição do Arsenal do Alfeite, e que se modernize o Estaleiro Público ao serviço da Marinha, do País, dos Trabalhadores e do Concelho de Almada."-----

4.4 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Olegário Leonardo, morador na Av.ª 25 de Abril, 8 r/c. - 2825-415 Costa de Caparica.-----

4.4.1 - O Exm.º Senhor Município Olegário Leonardo:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu não preciso de quatro minutos para falar, são três perguntas que eu vou fazer que dizem respeito aqui à Costa de Caparica. A primeira, eu sou sócio do Clube Desportivo dos Pescadores da Costa de Caparica e num anúncio que eu vi num jornal que dizia: "aceita



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

propostas para uma bomba de gasolina entre a Praia da Mata e a Praia do Rei. Eu queria saber se de facto é verdade e se de facto isto vai avante?-----

A outra pergunta que eu quero fazer é sobre o arruamento da Costa de Caparica dos passeios. Eu sei que a Junta de Freguesia faz o que pode, mas queria deixar aqui um aviso aos Membros da Câmara Municipal de Almada que eu tenho um caso, a minha mulher caiu, partiu um braço, teve que levar uma prótese e outros que têm caído por causa disso. Portanto, uma maneira de a Câmara fazer alguma coisa mais pela Costa de Caparica.-----

A outra é uma coisa muito simples, as pessoas falam muito em política, eu falo de coisas concretas aqui da Costa de Caparica, a outra é uma coisa engraçada, é que os cãesinhos andam aí a dar cabo dos passeios. A gente vai para casa põe o pezinho em cima daquele dejecto que é muito mal cheiroso e então o que se há-de fazer? Culpar as pessoas que andam com os cãesinhos? Eles até dão uma resposta. Não haverá uma maneira de ensinar essas pessoas, educa-las, eu sei que a Junta de Freguesia tem ali uns recipientes com uns papéizinhos, mas ninguém vai lá buscar, quer dizer, nós vamos para as nossas casas, de noite vê-se mal e vamos com os pezinhas ali contemplados com aquela poiazinha que o cão deixa.--

Vou terminar, era só isto, eu quero é que não seja uma aldeia dentro da cidade da Costa de Caparica."-----

4.5 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Munícipe Maria de Fátima Costa, moradora na Av.^a do Mar, 34 2º A - 2825-476 Costa de Caparica.-----

4.5.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Maria de Fátima Costa:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu também venho falar sobre a Costa, porque sou moradora na Costa e é com tristeza que eu vou dizer estas coisas, porque para os jovens não existe nada, não existe nada para os adolescentes nesta terra, já nem falo dos idosos. É o seguinte, eu vim a uma Assembleia Municipal, esta, já é a segunda vez, a primeira vez não obtive resposta, vim apenas pedir um skate parque para a Costa de Caparica visto que em todas as terreolas do interior do País existem skate parques, em todo o País menos aqui, até ali no Seixal ao lado, aqui bem perto temos um skate parque, aqui não existe.-----

Os nossos jovens não têm nada a não ser o Mar, vem o Inverno acabou, ou se dedicam aos computadores ou então não sei. Eu sou mãe, tenho dois filhos adolescentes, eles aqui não têm nada, não há nada nesta terra para adolescentes, já não estou a falar dos idosos porque se vou entrar por esse lado é horrível, porque esses coitados estão esquecidos. Porque eu também trabalho com idosos, sou fisioterapeuta e eu vejo as queixas que me fazem todos os dias. Mas eu não vou entrar por ai. Eu venho pedir mais uma vez e quero que me dêem a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

resposta por favor, porque a primeira vez não me deram a resposta, disseram-me que mandavam para casa por escrito, até hoje já lá vai um ano e tal, ninguém me disse nada. Era só um skate parquezinho para os miúdos não serem considerados uns marginais, para os miúdos se distraírem porque fizeram no Parque de Santo António três Parques Infantis, que existem para as crianças pequeninas e para os avós irem passear as crianças pequeninas. Os adolescentes mais uma vez ficaram de parte, não há nada para eles, não há nada recreativo, não há ocupação, não há uma biblioteca. Os adolescentes vão ser os adultos de amanhã, nós não vamos querer que eles se dediquem à droga, ou fazer outras coisas terríveis que nós vemos aí. Nós queremos mantê-los ocupados com distrações para não estarem agarrados à Internet como se vê as crianças passam a vida agarradas à Internet e esquecem-se. Eu gostava que os meus filhos vivessem numa terra em que tivessem ocupação, em que pudessem fazer desporto, temos na Mata três Parques de ténis fechados, fizeram agora lá um campo de basquetebol que meteram as luzes dentro do campo, quer dizer as crianças estão a jogar e vão contra os postes de electricidade, isso é ridículo. Eu não sei que raio de Engenheiro é que pensou que ia pôr quatro postes de electricidade dentro de um campo de andebol e basquetebol. Isto não cabe na cabeça de ninguém. Disseram-me isto, eu até pensei que estavam a gozar comigo. O que é que os nossos jovens vão fazer nesta terra para além de irem para a praia no verão? Nada. Não há nada para fazer aqui. Eu apelo para que pensem nisso e peço por favor para que criem mais infra-estruturas, estiveram cá o Campeonato Mundial de Surf, os americanos, australianos chegaram aqui, olharam para isto e disseram assim: "o que é que a gente vai fazer?" Chegavam às lojas de desporto, "olhe, o que é que há para fazer aqui e tal?" Se quiseram fazer alguma coisa vão para Lisboa. E ficou tudo assim. O que é isto? Que terra é esta? Onde é que a gente está? Isto é a Europa? Se calhar não deve ser, isto já deve ser ao pé de África, não? Bem, o que eu estou a pedir é um skate parque, só. E gostaria que me dessem a resposta, pela segunda vez."-----

4.6 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Munícipe Maria Isaura Gouveia, Mercado da Trafaria, Banca 3 - Largo da República - 2825-886 Trafaria.-----

4.6.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Maria Isaura Gouveia:-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Nós, os vendedores e compradores do mercado municipal da Trafaria, vimos por este meio pedir a V. Exas. que revejam: os aumentos dos alugueres das bancas, que são exorbitantes; e as obras do mercado.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Desde há pelo menos 32 anos (segundo nos conta a comerciante Isaura Garcia), que sempre que estão para acontecer as eleições, há estudos no mercado para a realização de obras, após as eleições nada acontece, mais uma vez as obras são adiadas.-----

Em reunião com a Presidente da Junta, a Dra. Francisca, fomos informados que só se fazem obras no telhado. Se os mercados das freguesias mais novas têm tido obras (por exemplo: Monte da Caparica, Sobreda, Cova da Piedade), não compreendemos que no Mercado da Trafaria só se faça o restauro no telhado. O chão, as bancas e sanitários estão uma lástima: as irregularidades do chão provocam quedas, causando por vezes lesões graves que levam ao hospital os utentes do mercado.-----

Para as obras do mercado, diz-se não haver verba, tal resposta não nos parece correcta. No nosso ver, eleitores portugueses e habitantes da Trafaria, que passamos todos os dias pela estrada que liga a Costa da Caparica á Trafaria e que observamos os jardins e a sua necessária rega diária (com a agua, um liquido tão precioso que tem tendência a acabar no planeta), apercebemo-nos que para embelezar a região há verbas, mas deveriam V. Exas. analisar e dar também prioridade às obras que realmente fazem falta, como são as Obras do Mercado, pois a falta delas não só põe em causa a integridade física das pessoas que o utilizam, como podem contribuir para a morte comercial da Trafaria, pois o mercado é ainda a grande forma comercial da Vila.-----

Outro assunto que também nos preocupa e nos atinge comercialmente, é a desertificação da Trafaria. Não existem soluções para habitação dos casais/gente nova que enquanto moram com os pais/famílias compram na Trafaria e quando pretendem ter uma habitação própria não têm condições, nomeadamente habitações novas, logo vão para outras zonas, onde obviamente passam a fazer as suas compras.-----

Desde já agradecemos a atenção dispensada e ficamos aguardar respostas/soluções às nossas preocupações o mais breve possível.-----

4.7 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Florentino Alves, morador na Rua da Falésia ao Foni, 13-A - 2820-012 Charneca de Caparica.-----

4.7.1 - O Exm.º Senhor Município Florentino Alves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Primeiro que nada quero agradecer da mesma forma que reivindiquei aqui a presença de alguém para ver algumas coisas que achava que na minha Freguesia não estavam bem, quero agradecer publicamente ao Sr. Vereador José Gonçalves a forma correcta como fez o favor de se dirigir à Charneca de Caparica e na minha companhia ver o que na minha opinião achei que estava mal e que passado algum tempo quase todas elas, tudo o que foi aprontado está



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

resolvido. Não está ainda um que é o problema do esgoto na Quinta do Texugo, mas no entanto e por indisponibilidade de tempo, dada a minha actividade profissional, nem sempre me foi possível intervir e reivindicar nesta Assembleia Municipal em favor da Charneca de Caparica.-----

Algumas vezes ouvi aqui já que todas as Freguesias são tratadas da mesma forma, não estou de acordo, porque não é a realidade, algumas Freguesias não são tratadas como outras. Olhemos para uns números que vou apresentar a seguir relativamente à Charneca de Caparica, a Rua Venceslau Morais junto à Nato, tinha cerca de cinquenta metros impedidos a dois sentidos, apenas trabalhava num sentido.-----

O Sr. Vereador José Gonçalves foi lá, disse-lhe o que se passava e passado algum tempo estava resolvido. Dou-lhe os meus parabéns. Quando venho aqui não venho dizer mal, venho reivindicar aquilo que acho bem.-----

Na rotunda da Alameda Amália Rodrigues, digo eu está ali uma lavagem do elefante, onde estiveram já alguns meses a colocar saneamento, há quase um ano que aquele bocado de estrada anda em reparação. Puseram-no a funcionar, vieram meia dúzia de chuvas e cobriram lá os camiões dos TST quase se metiam todos lá para dentro, estou a exagerar de propósito. Na Rua 25 de Abril entre a Rotunda da Alameda Amália Rodrigues e a Av.^a da Eira, este bocadinho de Rua que em tempos levou uma rega, eu digo rega asfáltica, os buracos são mais que muitos, fazemos ali ralis para cruzarmos uns com os outros.-----

A Quinta do Texugo, ouvi aqui nesta Assembleia, nas duas últimas Assembleias, os moradores a reclamarem, e os moradores digo à Sr.^a Presidente que têm razão, e passados catorze ou quinze anos a obra continua a não estar aceite por parte da Câmara, a Câmara tem toda a razão também, e tem formas de o resolver porque ao lado está a ser feita uma urbanização pela mesma Sociedade ou por Sócios desta mesma Sociedade. Diz aqui a Sr.^a Presidente, diz aqui, apontam a Câmara relativamente, diz aqui no Jornal da Região, penso que é assim que se chama, que a localização dos Parques de Campismo foi discutida em 2001. Sr.^a Presidente, sinceramente, na Charneca de Caparica nunca ouvi falar neste assunto, não quer dizer que a Sr.^a não tenha falado, eu nunca ouvi falar, nem na Junta de Freguesia, nem nas Assembleias de Freguesia.-----

Por último quero dizer que em 07 de Agosto de 1980, ainda não existia a Freguesia da Charneca de Caparica, criada pelo 125/86, portanto em 07 de Agosto de 1980, o artigo 4º/599 deu entrada na Conservatória do Registo Predial um Requerimento de um Senhor que me dizem que foi Deputado do PSD, Deputado da Assembleia da República, um tal Senhor, salvo erro, Joaquim Oliveira Baptista, através de um Requerimento a Conservatória do Registo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Predial alterou a localização do terreno, ou seja deixou de pertencer à Freguesia de Caparica e passou a pertencer à Freguesia da Costa. O Decreto-Lei de constituição de Freguesia da Costa de Caparica que vem de 1949 diz que tudo o que se apresenta a Poente da Rocha pertence à Costa de Caparica, o Decreto-Lei 125/86 que constitui a Freguesia da Charneca de Caparica diz que tudo o que se coloca a Nascente da Rocha pertence à Charneca de Caparica. Ora bem, este terreno pertence por estas indicações da constituição das duas Freguesias deveria pertencer à Charneca de Caparica. Ora não pertence, não pertence porque através de um Requerimento alguém alterou. Eu não estou dizendo com isto que a Câmara tem culpa, nada disto. A Câmara não tem culpa, só estou aqui a pedir ajuda à Câmara. Porque o Sr. Conservador não me recebeu relativamente a este assunto, diz que não tinha tempo, mas soube ir fazer comentários a seguir para terceiros, anda aí um gajo a chatear com isto assim, assim. Portanto, os Decretos-Lei dão a constituição e houve alguém que lhe interessou, meteu o Requerimento e alguém da Conservatória mudou.-----

Sr.^a Presidente não venho aqui sempre para reivindicar, quando há direito há que elogiar e o elogio hoje foi para o Sr. Vereador José Gonçalves."-----

4.8 – Usaram da palavra em resposta aos Srs. Munícipes, a Sr.^a Presidente da Câmara e os Srs. Deputados Municipais Luís Filipe Ana Margarida Lourenço; António Pereira; Luísa Ramos e António Mendonça Mendes.-----

4.8.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Muito boa noite a todos e em particular às nossas e nossos Munícipes que vieram em número muito interessante a esta Assembleia Municipal.-----

Queria também deixar uma palavra de apreço ao Grupo de Amigos da Costa pelas obras nesta Casa, que qualificaram consideravelmente este espaço que tem aqui tantas actividades, nomeadamente o projecto "Dar à Costa", todos os dias acontece aqui nesta Colectividade e lá em cima também funciona o Sindicato dos Pescadores a par de muitas outras actividades que aqui se desenvolvem, o que é de realçar e saudar.-----

Algumas notas sobre as questões aqui colocadas.-----

Queria começar por referir-me à intervenção aqui deixada pelo Clube de Campismo de Almada relativamente às questões que trouxeram eu gostava de deixar uma primeira nota, e uma nota de apreço e de grande elogio à posição dos Clubes de Campismo. Clube de Campismo de Almada, o Clube de Campismo de Lisboa e o Clube de Campismo da SFUAP que representaram de uma forma muito empenhada, de uma forma muito elevada e muito construtiva todos os seus associados aquando da construção do Plano Estratégico de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Desenvolvimento da Costa de Caparica. Foi uma intervenção bastante importante e que naturalmente veio a informar também o próprio programa que depois foi aprovado pelo Governo e pela própria Assembleia Municipal no nosso Concelho. E aqui gostava de deixar uma nota respondendo a uma outra questão que foi aqui trazida, é que de facto a nossa Assembleia Municipal e o Governo, quando aprovaram o Plano de Desenvolvimento para a Costa de Caparica no âmbito do Polis, definiram exactamente a localização dos Parques de Campismo. Foi nesse contexto que as diferentes hipóteses foram estudadas e foram discutidas com os próprios campistas, com as próprias Direcções e com os Associados, e que depois deram lugar (houve um processo muito participado) à escolha que acabou por ser feita na zona do Pinhal do Inglês. A própria Assembleia naturalmente que aprovou essa localização com a aprovação do Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Polis.-----

Relativamente ao Polis o que é que eu posso dizer? Digo o que conheço e deixo também uma sugestão. Primeiro há poucos dias foi feita a adjudicação da Concessão à Baixo Tejo da construção da Estrada Regional 377/2, uma Estrada fundamental para que os Parques de Campismo possam ser transferidos para a zona do Pinhal do Inglês. De acordo com a programação da Baixo Tejo e anunciada na altura também pelo Sr. Ministro das Obras Públicas, está previsto para Janeiro de 2011 a entrega, a entrada em funcionamento e conclusão do 377/2. Isto quer dizer que de acordo com o estudo, a avaliação de impacto ambiental que foi feita para aquele território e as recomendações que estão feitas, os campistas, os parques não podem transferir-se para o Pinhal do Inglês antes de Janeiro de 2011 porque é preciso que a estrada esteja já feita, é preciso que estrada esteja a funcionar. Isto não quer dizer que até lá não haja obra, não se façam as construções. Portanto, vocês participaram na elaboração, durante o processo de elaboração do próprio Plano e dos projectos, parece-nos que há aqui algumas questões da vossa parte que vocês lamentam, que precisavam de ter mais diálogo sobre este processo, eu da minha parte o que me comprometo convosco é transmitir no Conselho de Administração da CostaPolis e a equipa que tome a iniciativa também de vos chamar para vos dar conta de qual é o ponto da situação de todo o processo, porque a vontade da CostaPolis e da equipa técnica não é que vocês conheçam pelos jornais, isso eu posso garantir por parte de todos quantos constituem o Conselho de Administração e também por parte da equipa técnica. Isto pode decorrer do muito trabalho que as pessoas têm em mãos e portanto entenderem que vocês estão esclarecidos, estão suficientemente informados e isso não corresponder naturalmente ao vosso sentimento. Portanto o meu compromisso é este e naturalmente no quadro da CostaPolis fazer-se toda a análise e darem-se todos os esclarecimentos que vocês precisam. Mas até hoje a construção



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dos Parques de Campismo não está posta em causa, até hoje não está posta em causa. O próprio Plano de Desenvolvimento Estratégico que foi reprogramado e que foi aprovado também a reprogramação pela própria Assembleia Municipal, accionista Município e Governo, portanto accionista Estado, não pôs em causa a construção destes equipamentos. Portanto é o que eu posso neste momento dizer-vos. Da parte da Câmara não atribuímos quaisquer terrenos para (que eu conheça e penso que conheço o suficiente) desportos radicais. O que nós estamos a construir é na Charneca de Caparica o Parque Aventura que é um grande pulmão que está a ser construído, quase pronto o Parque Aventura junto às Piscinas que estamos a construir na Charneca de Caparica. E neste primeiro semestre entrarão em funcionamento e têm um conjunto de equipamentos, de respostas mais radicais, também é possível as pessoas percorrerem e usarem aquele espaço para recreação, para convívio, para merendas, etc., mas é ali que os desportos de aventura terão lugar, mas perfeitamente integrados e penso que não é a este equipamento que se está a referir, de resto não conheço outros, mas podemos conversar e eu própria perceber quais são as questões.-----

Agora, há um grande reconhecimento por parte da Câmara e dos Autarcas do nosso Concelho e penso que falo por todos relativamente ao papel do Movimento Associativo e em particular destas Colectividades, algumas com mais de cinquenta anos, como é o caso do Clube de Campismo com sessenta, e também como é o caso da SFUAP com mais de cem anos, o próprio Campismo de Lisboa também com um historial grande e com um contributo importante aqui para o nosso Concelho. Penso que o Movimento Associativo está no coração de todos os Autarcas e dos Almadenses e isso não estará obviamente em dúvida. As pessoas que trabalham merecem também ser objecto da nossa preocupação, num tempo de crise como todos temos consciência que se enfrenta e portanto perder um posto de trabalho é alguma coisa que deve merecer atenção de todos e certamente que não deixará de merecer a nossa atenção.-----

Queria deixar nota ao nosso amigo Baptista que é do Movimento Ambientalista, penso, o GAIA. O GAIA que está sedado na Faculdade de Ciências e Tecnologia, que tem trabalhado connosco em vários momentos, nomeadamente na Semana Europeia da Mobilidade, portanto algumas colaborações pontuais e nós saudamos, está de acordo com a zona pedonal, saúdanos pela obtenção do segundo prémio, poderia ter havido um primeiro prémio ex aequo com Budapeste e Almada. Portanto, a nossa candidatura, o Vereador Rui Jorge esteve lá, fomos aplaudidos e muito elogiados. De facto a nossa candidatura era a candidatura mais poderosa, que chegou ao final com grande mérito e houve uma grande pena de não termos ficado em primeiro lugar. Não existe ainda a figura do primeiro prémio ex aequo, as opiniões dividiram-se



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

e penso que havia muita gente a considerar que Almada merecia o primeiro prémio, mas respeitamos naturalmente as decisões, ficamos muito contentes por ter tido este segundo prémio. Percebemos que ultimamente os países de Leste, as candidaturas de Leste têm alguma pontuação mais favorável, são critérios, mas é preciso que se diga que também os dados sejam conhecidos porque se há pontuações que são atribuídas ou eventualmente possam ser atribuídas para estimular outras Cidades em determinados contextos, também será importante que todos os concorrentes saibam para naturalmente melhor compreenderem todo o processo. Mas foi um grande êxito, estão de parabéns todos. Eu acho que não é a Câmara, somos todos nós, são as Associações, são todos os parceiros, são os trabalhadores do Município que se empenharam de uma forma extraordinária e toda a gente sempre em parceria se tem envolvido nestes projectos ao longo dos anos e já há vários anos e portanto penso que são todos eles e vocês também que estão de parabéns.-----

Agora a questão pedonal, eu acho que todos os abaixo-assinados vivemos numa democracia, temos os nossos direitos individuais e colectivos, agora eu queria deixar aqui uma nota, não há falta de acompanhamento das autoridades, da PSP, da própria ECALMA, nós lamentamos muito aquilo que sucedeu, e penso que os próprios responsáveis e de uma modo geral penso que toda a gente ficou bastante incomodada com a situação que se gerou, não vou comentar o que levou à situação porque também não estive lá, não conheço os detalhes, mas foi de facto uma situação que de todo foi desagradável ter-se verificado e que nós lamentamos profundamente. Agora nós temos que ter também alguma compreensão neste processo, e de facto o Baptista trouxe algumas notas de apreço relativamente a medidas tomadas, é preciso que as medidas que foram tomadas sejam de facto cumpridas sem dúvida, no entanto há algumas que temos que ter algum tempo de compreensão, relativamente por exemplo às carreiras rodoviárias, nós temos que entender que durante algum tempo é necessário que algumas carreiras (e tem havido um grande trabalho com os Transportes Sul do Tejo e com o Instituto dos Transportes de modo a que esta situação vá sendo analisada, avaliada e acertada progressivamente. O próprio Plano de Mobilidade - 2ª fase, que nós também temos em mãos, naturalmente que deverá considerar relativamente aos transportes rodoviários, toda esta matéria no sentido de podermos ter um tratamento mais coordenado entre rodoviários, fluviais, Metro Sul do Tejo, transporte ferroviário, mas é preciso, penso, termos também alguma compreensão e alguma tolerância porque estes processos requerem também tempo para poderem ser concertados, a própria população precisa de ganhar progressivamente também os seus hábitos, mudar de hábitos. Uma cultura a nível geral e nós não queremos impor a qualquer preço seja o que for. E portanto temos que continuar com o diálogo convosco, com o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

diálogo com os comerciantes, com o diálogo com os transportadores, etc., ao mesmo tempo que os Regulamentos devem ser fiscalizados, devem ser cumpridos, portanto não deixar de actuar sobre a obrigatoriedade de cumprimento dos Regulamentos, mas também ter aqui alguma compreensão no sentido de que haja progressivamente uma mudança de atitudes de comportamentos e instrumentos que permitam resolver no melhor sentido todas as situações. Quando se fala do número de cartões é preciso perceber que o facto de existir uma garagem não quer dizer que só um carro tenha acesso a uma garagem, mas há aqui uma questão ainda que tem a ver com o Externato Frei Luís de Sousa. E este assunto também está a ser gerido de uma forma muito, muito correcta entre o Externato, as famílias e a Câmara. E nós estamos em crer que esta situação há-de ficar plenamente resolvida, e com a adesão das pessoas, da instituição, das pessoas e para bem de todos. Agora, naturalmente que é necessário como digo, muita disponibilidade para o diálogo, para o entendimento das diferentes razões, para o criar de soluções progressivamente que naturalmente nos conduzam ao resultado óptimo que é não ter naquele território carros a circular. Mas até lá é preciso fazer caminho. Também todos nos lembramos que com a construção do Metro houve muitas desavenças, muitos desentendimentos, muito diz-se hoje uma coisa e amanhã diz-se outra. Muito contra a zona pedonal e depois a favor da zona pedonal, enfim é preciso muita compreensão, muita tolerância, para que processos difíceis possam ser levados a bom termo.-----

Eu penso que é isso que tem caracterizado a actuação da Câmara, muita capacidade para o diálogo, muita tolerância, não abdicando dos princípios e dos objectivos mas fazendo um caminho sem ser naturalmente de forma agressiva e intolerante com quem quer que seja. Aproveitamentos, os positivos sim, os negativos da nossa parte não.-----

Portanto, é isto que queria dizer, sempre disponíveis. O Sr. Vereador teve uma reunião convosco, podemos continuar a conversar para perceber também a evolução deste processo, porque nós estamos de acordo. Os objectivos plenamente de acordo, por isso é que também no projecto se considerou a zona pedonal, porque senão não existia zona pedonal. O objectivo é que ela exista e seja mesmo absolutamente pedonal com a possibilidade de cargas e descargas como é óbvio, mas com o mínimo de utilização rodoviária naquele troço.-----

Depois eu queria saudar de uma forma muito solidária e cúmplice a Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, dar o nosso maior acompanhamento a este processo, não há muitos dias que também tivemos uma reunião com a Comissão de Trabalhadores, estamos a acompanhar com muita atenção e a procurar na medida também das possibilidades da Câmara levar todas as cartas a Garcia relativamente a este processo. Não podemos perder neste Concelho nem um posto de trabalho, não podemos perder neste Concelho nem uma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

única empresa. E portanto, é preciso tudo fazer para que estes objectivos possam estar na preocupação de todos os Autarcas, de todos nós e naturalmente contribuímos para que não haja diminuição de postos de trabalho seja em que área de actividade for. Aumentar sim, diminuir não é o caminho.-----

Queria também deixar nota relativamente à Costa de Caparica. Esta questão do anúncio é uma situação sem qualquer suporte por aquilo que sei. O Grupo Desportivo da Costa de Caparica não é proprietário de nenhum terreno, que eu saiba, nem sequer o terreno onde vai ser construído o futuro campo, ainda é do Grupo, só será da própria Autarquia no final do Polis com a transferência dos equipamentos, depois com os entendimentos que forem estabelecidos com as instituições locais. O Plano de Pormenor não está aprovado, o Plano de Pormenor ainda terá que vir à Assembleia Municipal porque está ainda ao nível central, e reparam 2001-2009, oito anos e ainda não temos Plano de Pormenor para este território, como também para a Frente Urbana e Rural Nascente, como também para as praias naturais. Passaram oito anos mas já houve o inquérito público, estamos à espera que venha para a Câmara o parecer da Comissão, o parecer final para que possa depois vir à Assembleia Municipal e seguir depois para ratificação. Portanto não é possível neste território qualquer bomba de gasolina, o terreno é público, do Estado na sua maior parte, parte está na CostaPolis porque houve a cedência para aumento de capital social e portanto acho que há aqui qualquer coisa que está mal neste anúncio.-----

Relativamente aos passeios, temos com as Juntas de Freguesia um Regulamento de descentralização de competências para as Juntas, há uma verba para a conservação dos passeios, também há alguma cooperação entre as Juntas e a própria Câmara, sempre que a situação o exige, portanto penso que as condições estão criadas para que não haja este tipo de problemas que o nosso Município aqui nos deixou, esta preocupação, mas fica portanto o Sr. Vereador Rui Jorge e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa vão conversando, vejam como é que as coisas estão a evoluir e encontrem as melhores formas para que a situação de facto seja ultrapassada.-----

Em relação aos animais. Isto é um problema das pessoas, não é um problema dos animais, mas infelizmente as pessoas ainda não assumem todas o seu dever de tratar bem, dos seus próprios deveres quando têm animais. A Junta de Freguesia tem sacos de plástico, a chamada luva, existem também os depósitos, os suportes com estes mesmos recursos na via pública, penso que não há razão nenhuma, temos que continuar a sensibilizar as pessoas e cada um de nós penso que não é só a Câmara, penso que também cada um de nós cidadão deve ajudar o nosso vizinho a ser melhor cidadão, chamando-lhe a atenção para os seus deveres.---



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em relação à Costa de Caparica, ao skate parque. Pronto, é uma nota que fica, eu gostava no entanto de dizer que existem, não serão as suficientes e compreendo o desabafo e a chamada de atenção desta nossa Muniçipe, mas existem Programas e Projectos. Eu falei há pouco deste projecto "Dar à Costa", mas também no próprio Pavilhão existem actividades, o Centro de Lazer de São João também tem actividades, existe aqui nesta Freguesia também algum trabalho com os idosos, estou-me a lembrar do Centro Social Paroquial que tem uma resposta para os idosos e existe no âmbito do Polis como projecto complementar um centro integrado de apoio aos idosos. É preciso lutar para que ele venha a ser uma realidade, a Biblioteca também é um projecto complementar, no âmbito do Polis. As próprias Piscinas. O skate pareceria ser o mais simples ali no Jardim Urbano, penso que não está lá. Eu procurarei conversar com as pessoas que estão na CostaPolis para perceber, não foi considerado, porque é que não foi, ou se ainda há alguma ideia? Sei que está considerado um Campo de Alto Rendimento do Surf, que é um projecto que vai ser desenvolvido entre a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto com a Câmara Municipal do lado do Jardim Urbano, e portanto não desespere porque certamente que muita coisa boa vai continuar a acontecer na Costa, as coisas estão a mudar, a Costa está a mudar e a obra é visível, há muita coisa que ainda não se vê, há muita coisa que há-de ver, de vir, penso que estamos no bom caminho e dentro de alguns anos a Costa terá muitos equipamentos para além de outras respostas para os seus residentes e também para os visitantes. Mas eu tomei nota do skate parque. Vamos perceber como é que isto pode eventualmente e onde ser pensado.-----

Também queria deixar uma nota relativamente à Trafaria, de facto tem havido obras nos Mercados, a Costa de Caparica fez, andou mais depressa. A Junta de Freguesia fez as obras, com um protocolo estabelecido com a Câmara, fez toda a obra por administração directa com o seu corpo de obras no fundamental, fez obras no interior, fez obras no exterior. A Câmara transferiu uma verba, a Junta também porque tem a gestão do Mercado foi fazendo o seu pé de meia e também porque daí resultaram receitas e também investiu parte dessas receitas do Mercado nas próprias obras. A Caparica também fez a mesma coisa. Em relação à Trafaria o que se identificou como obra mais prioritária foi de facto o telhado, sem o telhado parece que chove lá dentro e portanto não é possível desenvolver a actividade que é necessária todos os dias, penso que as coisas estão no bom caminho, que a Sr.^a Presidente e a Junta de Freguesia têm este assunto em desenvolvimento, mas também aqui queria deixar a nota que à semelhança das outras Freguesias, e nós temos que ter um tratamento igual para todos, é necessário que cada um também faça o seu esforço e portanto temos que ver se sim ou não a Trafaria consegue fazer algum esforço também de auto-financiamento como fez a Costa e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

como fez a Caparica. Mas é um processo que está a decorrer, há diálogos, estamos atrasados, isso acho que sim, a obra já deveria ter sido desenvolvida há mais tempo, mas estamos sempre a tempo para resolver as coisas. Neste momento está assegurado o dinheiro para o telhado, é isso que está assegurado. A Junta tem do seu lado o processo, terá também que concluir se tem ou não tem recursos financeiros à semelhança das outras e depois veremos como é que o processo evolui.-----

Também queria dizer que há obras que por vezes têm o seu tempo de vida e têm que ser reparadas, corrigidas e a primeira Ciclovia que se fez quase no País foi aqui na Costa, e fez-se com aquilo que se sabia na altura, e naturalmente com aquilo que se foi aprendendo com o tempo. Chegou o momento de, se queremos de facto estar numa Rede Ciclável e queremos, é preciso corrigir o que não está bem, e portanto se há novos saberes a nós não nos custa emendar, custa-nos mas aquilo teve a sua utilização durante algum tempo. Mas emendar o que está mal é o nosso dever e é isso que está a ser feito. Está mal porque há novos saberes, não é porque na altura não estivesse bem.-----

Em relação à Charneca eu também queria dizer que a Charneca é tratada de facto como as outras Freguesias, sendo diferente tem prioridades diferentes, teve prioridades ao nível do saneamento básico profundamente assumidas e amplamente assumidas. Tem neste momento a Escola feita, a Escola ampliada, tem neste momento umas Piscinas em fase final de construção. Teve o Mercado. Tem um Parque e terá outras coisas. E aquilo que é necessário é continuarmos neste processo, não de gastar de qualquer maneira, mas gastar em cada área do nosso território em função das prioridades de cada território. Penso que é por aí que se deve seguir porque assim estamos com certeza a gerir bem o dinheiro que é de todos.-----

Deixo aqui também o agradecimento pelas palavras de apreço que foram dirigidas ao Vereador José Gonçalves, é bom perceber que as pessoas apreciam aquilo que fazemos de bem, porque qualquer um de nós faz de bem, naturalmente que estamos todos bem na fotografia e também queria deixar nota de que as questões que são trazidas são todas registadas por cada um dos eleitos e no seguinte ou nos dias seguintes são objecto de análise e de intervenção sempre na medida do possível.-----

Quanto aos limites da Freguesia e á questão do requerimento da Conservatória não percebi, mas depois podemos conversar para melhor entendermos o que o Sr. Florentino aqui nos quis dizer."-----

4.8.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Apenas para destacar duas intervenções aproveitando também para saudar todas as intervenções aqui feitas pelos Múncipes. Mas destacar duas que mereceram por parte do Bloco de Esquerda mais atenção. Uma tem a ver com a zona pedonal e queríamos dizer que preparámos uma Moção manuscrita que iremos apresentar e ler na íntegra a esta Assembleia Municipal a propósito da zona pedonal. Penitenciamo-nos por não ter trazido a Moção de facto elaborada, porque estamos sensibilizados com aquela situação, nomeadamente com a intervenção da PSP naquele local e por isso vamos apresentar esta Moção que foi aqui redigida.-----

Outra questão é sobre o Arsenal do Alfeite. Esta Assembleia Municipal deve perdoar-me a utilização de alguns minutos para falar sobre esta matéria porque esta Assembleia Municipal tem desde há muito tempo acompanhado a evolução, a evolução ou a involução deste processo que tem a ver com o Arsenal do Alfeite. E eu gostaria de vos dar conta da tristeza e da preocupação com que se passam, com que se vão passando os dias dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite. A aprovação desta Lei, da Lei nº 32/2009, que tem um pressuposto que diz que foram ouvidas as Organizações Representativas dos Trabalhadores. Nós gostaríamos de comunicar a esta Assembleia Municipal ou repetir a esta Assembleia Municipal que quando isto foi escrito nesta Lei isto não corresponde à verdade, porque os Órgãos Representativos dos Trabalhadores não foram ouvidos, foram apenas informados uma hora antes do Sr. Ministro da Defesa dar conhecimento à Comunicação Social deste Decreto-Lei aprovado em Conselho de Ministros. Bastaria este facto para que no Portugal de Abril esta Lei não fosse para a frente. E queria lamentar aqui de viva voz que este Governo, um Governo do Partido Socialista elabora uma Lei num pressuposto que não corresponde à verdade. Nos dias que correm esta pode parecer uma questão de somenos, porque de facto nos dias que correm os Órgãos Representativos dos Trabalhadores têm cada vez menos significado para os governantes que governam o País, cada vez com uma maior insensibilidade. Como reagiriam vocês que nos escutam se trabalhassem numa empresa há quarenta anos, se nunca tivessem trabalhado noutra local, se a empresa onde vocês trabalham tivesse chegado ao século XXI e pela primeira vez em Portugal se construiu lanchas de salva-vidas, a primeira vez que se constroem lanchas de salva-vidas portuguesas com projecto português, com construção de mão-de-obra de trabalhadores portugueses, essas lanchas salva-vidas, três lanchas, vigilante, atento, diligente que já andam a navegar e foram entregues ao Instituto de Socorros a Náufragos, estas lanchas de salva-vidas foram construídas no Arsenal do Alfeite. As lanchas de salva-vidas que nós temos na nossa costa ou foram transformações de embarcações, ou lanchas salva-vidas construídas no estrangeiro. Então este foi um sinal que o Arsenal do Alfeite deu,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que mesmo com as dificuldades que existem, com a falta de investimento que os sucessivos Governos da nossa República foram desprezando o Arsenal do Alfeite, não investindo onde se sabe de antemão que era necessário investir, nos Cais acostáveis, nos meios de elevação, nas infra-estruturas mais básicas desta casa que faz este ano setenta anos, no Alfeite, mesmo assim o Arsenal do Alfeite conseguiu fazer esta proeza e as lanchas salva-vidas estão aí para provar que aquilo que eu digo não é demagogia. Nós no Arsenal do Alfeite é bom que se saiba isto, nós temos a capacidade de reparar construindo. Ou seja, de hoje em dia repara-se muita coisa tirando a peça velha e pondo a peça nova que se compra ali na esquina. O Arsenal do Alfeite repara construindo, transformando a matéria prima. É disso que estamos a falar. Mas o Arsenal do Alfeite mercê da iniciativa deste Governo vai ser extinto em seis meses. A nova Administração do Arsenal do Alfeite já está indicada, já vai começar a trabalhar no Arsenal do Alfeite. A Administração vigente tem seis meses de vida. No dia 31 de Agosto entrega o Arsenal do Alfeite à Arsenal do Alfeite, S.A. . O que será o Arsenal do Alfeite, S.A., ainda não sabemos. O futuro da formação do Arsenal do Alfeite nós ainda não sabemos, nós temos cursos em funcionamento cujo final de alguns deles está previsto para 2011, mas nós não sabemos qual é o futuro que vai ter a formação do Arsenal do Alfeite. O Arsenal do Alfeite celebra protocolos com o IFP desde 1980, mas sobre este assunto nós ainda não temos conhecimento de uma única palavra. Talvez se os Órgãos Representativos dos Trabalhadores tivessem sido ouvidos, talvez este fosse um dos pressupostos que teria vindo para cima da mesa. Porque nós no Arsenal do Alfeite formamos jovens e menos jovens para trabalhar nesta saída profissional. Como é que nós vamos permitir que o Arsenal do Alfeite com todas as suas valências, nas serralharias, nas carpintarias, nas electrónicas, como é que nós vamos permitir entregar o Arsenal do Alfeite a uma S.A., a quem se conseguem entregar dezasseis milhões de euros à partida, quando até aqui não foi encontrado nenhum tipo de apoio para que o Arsenal do Alfeite pudesse investir e se desenvolver. Portanto, nós ficamos todos à espera até que ponto é que vai a coragem deste Governo de desmantelar o Arsenal do Alfeite e toda a sua mais valia no ramo da Construção Naval, quer para Almada quer para o Distrito de Setúbal, quer para o País."-----

4.8.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Nós também em relação a este período gostaríamos de dizer duas ou três coisas, acerca de algumas intervenções que aqui foram feitas que a nós também nos parecem bastante pertinentes.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em primeiro lugar, falar no seguimento da intervenção do Município Gualter Baptista, por causa da zona pedonal de Almada. Obviamente que o Partido Socialista está totalmente de acordo com aquilo que foi por si dito. Nós também achamos que a zona pedonal de Almada deve ser de facto uma zona pedonal, porque se assim não for então que lhe dêem outro nome. Não faz sentido a quantidade de veículos que circulam por aquela zona durante todo o dia a toda a hora. Poder-se-ia ter pensado aquela zona de uma outra maneira. Se, se quis dar aquela zona e chamar-lhe zona pedonal então que assim seja e obviamente que se há Regulamentos para cumprir eles que sejam cumpridos e a Câmara Municipal aqui também tem obrigação de dizer algumas coisas e tem bastante responsabilidade neste assunto, até porque o Regulamento está feito, a Fiscalização obviamente tem que ser feita e não tem necessariamente de ser feita pela PSP, a Fiscalização pode ser feita pelos Fiscais da Câmara. Pode-se impedir que o trânsito passe por lá. Se foram dadas e isto são números que o Município nos deu e que eu ouvi aqui, se foram dadas mil licenças de circulação naquela zona a responsabilidade de alguém será. Foi a Câmara que passou essas licenças, aquilo que respondeu, o Externato Frei Luís de Sousa é um Externato que já existe há cinquenta anos, se não sabia que ia haver problemas com essa questão do Externato a nós parece-nos muito estranho, teve mais do que tempo para pensar tudo isso, aliás as obras do Metro atrasaram três anos, portanto até teve mais três anos para pensar em todas estas questões, e não é ir testando uma zona pedonal que as coisas se fazem. Se queria ir testando não a punha já zona pedonal, porque não é assim que se tratam os Municípios. Os Municípios não podem achar que aquilo se trata de uma zona pedonal onde as pessoas podem andar de forma tranquila, livremente, passear com as suas famílias, a ir às compras que é daquilo que se quer e depois estão constantemente a passar carros, autocarros a todas as horas, a passarem em todo o lado. Isto para nós obviamente também não faz sentido absolutamente nenhum. E portanto estamos obviamente solidários com a vossa petição e teríamos obviamente todo o gosto em assina-la também.-----

Só deixar aqui mais duas notas em relação às palavras da Município Maria da Glória Barbosa, é um sentimento que muitos de nós também temos é acharmos que muitas das zonas do Concelho e em especial a Costa de Caparica, não tem resposta para os tempos livres dos adolescentes e dos jovens. Nós também achamos isso e não basta haver coisas que estão a ser feitas, o que a população precisa é de facto de sentir que pode ficar tranquila e que os seus filhos têm algum sítio para se entreter. Deu um ótimo exemplo que foi a questão do Campeonato Mundial de Surf e daquilo que as pessoas que cá estavam de outros países perguntavam, o que é que se fazia aqui. Eu muitas das vezes e todos nós de certeza absoluta, muitas das vezes também somos questionados do que é que se faz na Costa que tem toda



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

esta extensão de praias belíssimas, sem dúvida, mas a par de ir à praia não se pode fazer mais nada. E se a Costa de Caparica quer ser vista como uma zona turística de excelência, que é aquilo que nós achamos que deve ser, não pode ser tratada desta maneira. Tem de haver mais condições para os cidadãos e as cidadãs da Costa de Caparica e também para todos aqueles que a visitam de facto poderem ter alguma qualidade, ter a qualidade de vida suficiente para poderem usufruir do melhor que há no nosso Concelho. E o turismo não se faz assim do pé para a mão, não é construindo um campo de alto rendimento de surf que está ali uma excelente atracção turística e depois tudo o resto não se faz. Mas, obviamente compreendemos melhor do que ninguém as palavras que foram aqui ditas porque também este é um sentimento que muitas das vezes temos, é fácil dizer muitas coisas e dizer que há projectos e dizer que há isto e que vamos fazer, mas no dia a dia aquilo que nós vivemos é que de facto temos que sair da cidade para poder trabalhar, para poder ter algum lazer, para tudo isto, não conseguimos fazê-lo aqui na cidade de forma prática.-----

Por último só falar sobre a intervenção da Sr.^a D. Maria Isaura Garcia do Mercado da Trafaria e dizer aqui algumas coisas porque quando as coisas são ditas de uma certa forma eu acho que por vezes é preciso ter cuidado. Nós também achamos como é óbvio que todo o Mercado da Trafaria seria alvo e teria de ser alvo e terá que ser alvo muito urgentemente de uma intervenção de fundo. Têm de ser feitas obras naquele Mercado, como foram feitas obras em vários Mercados deste Concelho, como foram construídos novos Mercados neste Concelho com excelentes condições. Ninguém diz o contrário. Aquilo que nós questionamos e já questionámos muitas vezes é porque é que a Trafaria também não poderá ter esse tratamento? E nós questionamos isso imensas vezes e mesmo em Assembleia de Freguesia nós estamos constantemente a questionar isto e nós somos testemunhas do esforço que a Junta de Freguesia da Trafaria tem feito para que de facto a obra seja feita e seja ela toda feita. E o mais engraçado no meio de tudo isto é que por exemplo na última Assembleia de Freguesia, um dos argumentos que foi dado é: "é que o projecto é demasiado ambicioso", portanto só podemos fazer o telhado. Eu não aceito isto, e aposto que nenhum Município da Trafaria também aceita isto. Portanto, quem tem a coragem de dizer este argumento que o volte a dizer aqui publicamente. Não faz sentido no Mercado da Trafaria só ser construído o telhado. Obviamente todo ele tem que ser reabilitado.-----

Vamos ter uma Ciclovía, óptimo, óptimo mas não chega e não é isso que a população quer. Como a Sr.^a D. Isaura Garcia aqui disse e muito bem, o que a população da Trafaria quer, quer que a Vila seja desenvolvida, quer que haja oportunidades para os jovens poderem residir lá e se poderem fixar naquela Freguesia, e poder desenvolver a Freguesia e trazer alguma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

actividade à Freguesia. E é isto que tem que ser visto. A Ciclovía ajuda, mas não é o essencial, nem nunca será, nem nunca será. Mas mais, e depois há coisas que aqui são ditas que às vezes é preciso ter algum cuidado, porque passo a expressão: tirar água do capote e dizer; a Junta de Freguesia é que não fez as coisas atempadamente, quer dizer, o Project esteve na Câmara uma série de meses à espera de resposta. E quando veio a resposta disseram, tudo bem pagamos o telhado. Agora, vai ser o telhado, mas quero que as pessoas da Trafaria que aqui estão saibam que nós Partido Socialista como é óbvio temos uma grande preocupação como sempre tivemos com aquele mercado que está numa zona nobre daquela Vila, numa zona central daquela Vila e obviamente que tem que ser requalificado e está a ser aos poucos requalificado e não vai ser o Mercado que poderá ficar ali naquele estado."-----

4.8.4 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Quero deixar aqui uma nota, é que estou disponível para com os Autarcas da Freguesia da Trafaria analisarmos este problema porque se a Junta de Freguesia da Trafaria não tiver capacidade para assumir a obra a Câmara chama a si este processo. E portanto para acabarmos de vez com este folhetim, porque não vale a pena andarmos nisto porque quem sofre são as populações, quem sofre são também os vendedores do Mercado, e portanto a Câmara tal como delegou na Junta de Freguesia o Mercado e a sua gestão, também pode chamar a si a execução das obras e rever as condições que temos relativamente à gestão do Mercado. Portanto, disponíveis para falar com os Autarcas da Freguesia da Trafaria e ver se não houver condições a Câmara assume a recuperação do Mercado directamente."-----

4.8.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr.^a Presidente, só uma nota muito rápida, eu também sou Autarca na Freguesia da Trafaria, como sabe. Só uma nota muito rápida, mas nem tem a ver com isto. Nós obviamente acreditamos sempre naquilo que a Sr.^a Presidente da Câmara diz e a Sr.^a Presidente da Câmara disse que está disponível para reunir com os Autarcas da Freguesia da Trafaria, mas olhe, eu espero que não seja como aconteceu numa passada Assembleia Municipal em que a Sr.^a disse que também estava disposta a reunir comigo para me dar algumas explicações e era sobre a Costa de Caparica até, e até passo a citar o que a Sr.^a disse na Acta: "Estou à sua disposição para conversar consigo e esclarece-la naquilo que eu souber", e depois mais tarde voltou a dizer, "estou à sua disposição, a Sr.^a tem documentos, tem dúvidas, podemos conversar quando quiser", a seguir à Assembleia Municipal eu fui falar consigo e a Sr.^a disse que não Sr.^a, que não reunia comigo."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu só espero que desta vez e caso os Autarcas da Trafaria assim o entendam a Sr.^a de facto esteja disposta a reunir com eles."-----

4.8.6 - O Sr. Deputado Municipal António Pereira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Como eleito da CDU e Arsenalista, não podia deixar passar este momento sem cumprimentar o meu Camarada e amigo Arsenalista e Membro da Comissão de Trabalhadores, Fernandes, por ter trazido aqui mais uma vez a situação do Arsenal do Alfeite. É de facto preocupante, e os eleitos da CDU estão bastante preocupados com esta situação, e Srs. Eleitos, Srs. Munícipes preocupem-se bem com esta situação, menos quatrocentos postos de trabalho, estão nos estudos, além de que um Sr. Deputado foi até capaz de dizer que os documentos apresentados aos Membros da Comissão de Trabalhadores não estavam assinados, mas eles estão lá, está menos quatrocentos postos de trabalho. Mandar os trabalhadores do Arsenal para a mobilidade, desemprego da Função Pública. Esta é uma situação muito preocupante.-----

Outra situação que a bancada da CDU deixa aqui com muita preocupação tem a ver com a questão da nova empresa S.A., poderá haver salários em atraso no Arsenal do Alfeite, coisa que em setenta anos nunca houve, poderá vir a haver salários em atraso. Exemplo que nós temos a OGMA. A OGMA passou por salários em atraso e teve um processo de transformação idêntico ao do Arsenal. Dizer também que a bancada da CDU irá apresentar uma Moção sobre o Arsenal do Alfeite."-----

4.8.7 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr. Presidente se me permite gostava de fazer uma pergunta à Sr.^a Deputada Municipal do Partido Socialista, se o apoio à intervenção do Sr. Munícipe sobre as condições de passagem na zona pedonal vai no sentido de alterar radicalmente as posições do Partido Socialista até agora, nomeadamente na questão da circulação tendo em conta os comerciantes, do estacionamento e de toda a circulação daquela zona por via a não prejudicar os Munícipes moradores naquela área?"-----

4.8.8 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr.^a Deputada Luísa Ramos, gostaria de lhe dizer o seguinte, o que está aqui em causa relativamente à posição que diz do Partido Socialista, o que está em causa é o cumprimento dos Regulamentos aprovados na Assembleia Municipal, por isso Sr.^a Deputada iremos naturalmente acompanhar esta posição que nos foi trazida pelos Munícipes, porque é o cumprimento dos Regulamentos aprovados na Assembleia Municipal."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 4.9 - Foi encerrado o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----
- 5 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----
- 5.1 – O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----
- O Sr. Deputado Municipal Sérgio Neves Correia Taipas, com Ausência nos dias 25 de Fevereiro e 02 de Março de 2009, (**Conforme Anexo I**).-----
 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato, com Ausência no dia 25 de Fevereiro de 2009, (**Conforme Anexo II**).-----
 - O Sr. Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldês, com Ausência no dia 25 de Fevereiro de 2009, (**Conforme Anexo III**).-----
 - O Sr. Deputado Municipal Ruben José Martins Raposo, com Ausência no dia 25 de Fevereiro de 2009, (**Conforme Anexo IV**).-----
 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria José Bruno Esteves, com Ausência no dia 25 de Fevereiro de 2009, (**Conforme Anexo V**).-----
 - O Sr. Deputado Municipal António Rodrigues Anastácio, com Ausência nos dias 25 de Fevereiro e 02 de Março de 2009, (**Conforme Anexo VI**).-----
- 5.2 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----
- O Candidato Exm.º Sr. José João Santos da Mata, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Sérgio Neves Correia Taipas, e por impedimento do cidadão Sr. Vitor Telmo Moreira Gonçalves, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VII e VIII**).-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Vitor Manuel Gomes da Fonseca, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Sr.ª Maria Luísa Rodrigues Barros Almeida Beato e por impedimento do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira (PEV), (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX**).-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Pedro Santos Maia, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. João Eduardo Alves de Moura Geraldês, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X**).-----
 - A Candidata Exm.ª Sr.ª Inês Sofia Sanches Alexandre, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Ruben José de Almeida Martins Raposo e por impedimento dos cidadãos Sr. Jorge da Silva Martins, Sr.^a Maria Amélia da Silva dos Santos Clemente Campos e Sr. Joaquim António Silva Gomes Barbosa, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XI, XII, XIII e XIV)**.-----

- A Candidata Exm.^a Sr.^a Laura Valadas Davide, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Sr.^a Maria José Bruno Esteves e por impedimento do cidadão Sr. Quitério Reis Pereira, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XV e XVI)**.-----

5.3 – O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia da Caparica, do Feijó e do Pragal em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento os Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, o Sr. João Paulo Santos Correia Oliveira, o Sr. António Manuel Ferreira Martins Pereira, e o Sr. José Alberto Ferreira Durão, respectivamente, **(Conforme Anexos XVII, XVIII e XIX)**.-----

5.4 – Fez-se a distribuição aos Srs. Deputados Municipais do Registo de Entradas do nº 172/IX-4º ao nº 597/IX-4º (de 13 de Dez. a 20 de Fev.); do Registo de Ofícios Enviados do nº 097/IX-4º ao nº 239/IX-4º (de 12 de Dez. a 20 de Fev.); da Súmula Nº 03/IX-4º/2008-09 (Reunião de Representantes dos Grupos Municipais); da Informação da Actividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia N.º 02/08-09 e das Actas N.ºs 01/IX-4º/2008; 02/IX-4º/2008; 03/IX-4º/2008 e 04/IX-4º/2008 e as Minutas das Actas N.ºs 01/IX-4º/2008; 02/IX-4º/2008; 03/IX-4º/2008 e 04/IX-4º/2008, para aprovação e ratificação.-----

5.4.1 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Actas N.ºs 01/IX-4º/2008; 02/IX-4º/2008; 03/IX-4º/2008 e 04/IX-4º/2008 e as Minutas das Actas N.ºs 01/IX-4º/2008; 02/IX-4º/2008; 03/IX-4º/2008 e 04/IX-4º/2008, que foram respectivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade.-----

5.5 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação sobre Acesso aos Cuidados de Saúde); Bruno Dias (apresentando Moção/Deliberação sobre Acessibilidades Rodoviárias no Concelho de Almada e Península de Setúbal); Cristina Coelho (apresentando Moção/Deliberação sobre Almada no Prémio Europeu da Mobilidade 2008); Helder Viegas (apresentando Moção/Deliberação sobre O Arsenal do Alfeite e a Luta dos Trabalhadores) Nuno Matias (apresentando Moção/Deliberação sobre



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Dignificar a Vida dos Almadenses); Helena Oliveira (apresentando Moção/Deliberação sobre Contratação Pública Desincentivo à Precariedade e Moção/Deliberação Em Defesa da Zona Pedonal de Almada Centro); Caetano Rolo (apresentando Moção/Deliberação sobre Comemorações dos 35 anos do 25 de Abril de 1974); Vitor Castanheira (apresentando Moção/Deliberação sobre Publicidade Órgãos Autárquicos); Dinis Vaz (apresentando Moção/Deliberação sobre Bairros de Lata); Inês Alexandre (apresentando Moção/Deliberação sobre Concessão Baixo-Tejo); Odete Alexandre (apresentando Moção/Deliberação sobre Zona Pedonal Almada); Luís Varela Pais (apresentando Moção/Deliberação sobre Minimização da Crise Económica); Nuno Matias; Luís Varela Pais; Almeida Lima; Luísa Ramos; Helena Oliveira; António Mendonça Mendes e a Sr.^a Presidente da Câmara.-----

5.5.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO-----

Acesso aos Cuidados de Saúde-----

As dificuldades no acesso aos cuidados de saúde para muitos milhares de cidadãos do nosso Concelho, deve continuar a exigir o acompanhamento e consequentes tomadas de posição desta Assembleia Municipal.-----

Considerando:-----

- Que o encerramento dos Centros de Saúde às 20 horas, os milhares de utentes sem médico de família sobrecarrega a insuficiente capacidade de resposta do Hospital Garcia de Orta, nomeadamente no Serviço de Urgências;-----
- Que ao nível do internamento e outras valências esse Hospital já não responde às necessidades das populações de Almada, Seixal e Sesimbra, quanto mais como Hospital da Península de Setúbal e para o Sul do País;-----
- Que já em 2002 a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo considerava necessário construir um novo Hospital no Concelho do Seixal, em virtude da resposta do Hospital Garcia de Orta ser considerada insuficiente, para satisfazer as necessidades das populações dos três Concelhos.-----
- Que também em 2006, a Escola de Gestão do Porto, apontou no seu Relatório Final a necessidade da construção de raiz de um novo Hospital, com pelo menos 150 camas, localizado no Concelho do Seixal.-----

Por isso é altamente preocupante que, segundo as últimas informações, no perfil do Hospital a construir no Seixal seja suprimida a indicação de camas de internamento e de um Serviço de Urgências, tendo em consideração o crescimento demográfico dos Concelhos abrangidos e as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

crecentes insuficiências do Hospital Garcia de Orta para satisfazer as necessidades das populações dos Concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 25 de Fevereiro de 2009 delibera:-----

- 1 - Continuar a reivindicar que o novo Hospital do Seixal seja dotado das camas de internamento e do serviço de urgências que correspondam a uma adequada assistência hospitalar que dê resposta às necessidades das populações.-----
- 2 - Reclamar a necessidade de alargamento e reforço dos cuidados primários de saúde quer pela criação de novas unidades de saúde, quer no aumento do número de profissionais, designadamente médicos, de forma a assegurar a todos os cidadãos a proximidade aos serviços de saúde e ao seu médico de família.-----
- 3 - Apoiar as iniciativas da Câmara Municipal para a construção de instalações para serviços de saúde na Cova da Piedade, Costa de Caparica, Cacilhas e Laranjeiro, assim como para o CAT de Almada, reconhecendo o esforço da Autarquia para dotar o Concelho de uma rede eficiente de cuidados de saúde em que a última prova provada é a deliberação camarária do passado dia 21 de Janeiro de cedência ao Ministério da Saúde da área necessária à implementação da Unidade de Saúde do Feijó."-----

5.5.2 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO-----

Acessibilidades Rodoviárias no Concelho de Almada e Península de Setúbal-----

No passado dia 25 de Janeiro, teve lugar na sede da Estradas de Portugal S.A. o lançamento da "Concessão Baixo Tejo", para a concepção, construção, financiamento, exploração e conservação do IC-32 via rodoviária entre o nó do Funchalinho do IC-20 e o nó de Coina, incluindo a ligação à Trafaria e a construção da Estrada Regional 377-2, entre a Costa da Caparica e a Fonte da Telha.-----

Esta "concessão" representa na verdade uma subconcessão da Rede Rodoviária Nacional em que, quer as novas construções quer a conservação das vias actuais (IC-20, IC-21, IC-3 e IC-32) constam do Plano Rodoviário Nacional e passam agora da responsabilidade da Estradas de Portugal para a alçada de empresas privadas. Trata-se de um modelo de exploração, financiamento e manutenção que compromete o futuro do serviço público num domínio decisivo para a coesão territorial e o desenvolvimento nacional e regional, e que penaliza as populações da Margem Sul do Tejo com mais uma portagem (fonte de rendimento para a exploração privada destas estradas).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS/IC-32), ligando a Trafaria ao Montijo e Alcochete, é uma reivindicação antiga do Município de Almada e das autarquias da região, e já constava do Plano Inter-Concelhio de Ordenamento da Circulação mandado elaborar pelos municípios de Almada, Seixal e Sesimbra em 1983. Desde então e até hoje, os órgãos autárquicos do Concelho de Almada afirmaram reiteradamente a exigência da concretização desta via, que actualmente existe apenas entre a Ponte Vasco da Gama e o nó de Coina – sem qualquer cobrança de portagem.-----

Esta nova portagem que o Governo anuncia não tem correspondência equivalente na Margem Norte da Área Metropolitana de Lisboa, já que, como se sabe, não existe – e muito justamente – qualquer portagem na Circular Regional Interna de Lisboa (CRIL/IC-17). Esta decisão do Governo, de introduzir o regime de portagens nos novos troços da CRIPS/IC-32, prossegue assim a linha de discriminação negativa que ao longo dos anos os sucessivos governos têm assumido contra as populações da Margem Sul do Tejo.-----

Acresce que a construção dos novos troços da CRIPS/IC-32 irá beneficiar da obra já realizada pelo Município de Almada, que assumiu a concretização da Via L-3 entre o nó das Casas Velhas e Charneca de Caparica/Vale Rosal, num investimento significativo que aliás previu e permitiu desde o início a possibilidade da implantação naquele eixo de uma via com perfil de auto-estrada.-----

Por outro lado, regista-se que o Governo aponta para a conclusão da estrada regional ER 377-2, na melhor das hipóteses, para o segundo semestre de 2011, o que significa que apenas se prevê a concretização desta obra numa fase posterior ao previsto pela Costa Polis para a transferência dos Parques de Campismo para a área do Pinhal do Inglês. Trata-se de um cenário que suscita as maiores preocupações e que se recusa, já que esta via assume um carácter indispensável para que essa operação possa ter lugar, conforme se definiu no Plano Estratégico do Programa Polis da Costa da Caparica.-----

Esta “Concessão Baixo Tejo” comporta ainda outras lacunas que urge colmatar, como é o caso das matérias relacionadas com a segurança rodoviária no IC-20/Via Rápida da Costa da Caparica. Com efeito, subsistem graves problemas ao nível da iluminação da via, bem como no nó de acesso à Sobreda, o qual foi já objecto de estudos e projectos por parte da Estradas de Portugal mas que nunca passaram à fase de concretização.-----

Finalmente, permanece sem qualquer referência por parte do Governo neste processo a questão, já antiga, da construção do novo nó de acesso à zona de Amora/Corroios e respectivas ligações à A-2, IC-32 e EN-10. Conforme se verificou nos estudos e diagnósticos para o Plano de Mobilidade do Concelho de Almada, a não concretização desse nó à A-2 é



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

causa principal da passagem diária de cerca de 30 mil automóveis pela Rotunda do Centro Sul e respectivos acessos, sobrecarregando a cidade de Almada e penalizando a qualidade de vida das populações. A presente situação torna-se particularmente incompreensível quando se verifica que a “Concessão Baixo Tejo” foi atribuída à mesma empresa que hoje é a concessionária da auto-estrada A2, tornando ainda mais fácil a resolução deste problema.-----

Sublinhe-se que todas estas matérias têm sido ao longo dos anos objecto de sucessivas tomadas de posição por parte da Assembleia Municipal de Almada, e é de lamentar que o Governo mantenha a sua falta de vontade política em intervir para a sua resolução.-----

Assim, face aos considerandos acima expostos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária a 25 de Fevereiro de 2009, delibera:-----

- 1 - Rejeitar a introdução de quaisquer portagens na Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS/IC-32), em nome da equidade democrática e do interesse das populações do Concelho;-----
- 2 - Manifestar a sua preocupação pela programação da obra da Estrada Regional 377-2 de ligação da Costa de Caparica à Charneca de Caparica e Fonte da Telha, reafirmando-se a absoluta necessidade da conclusão desta via antes da transferência dos Parques de Campismo para o Pinhal do Inglês, conforme previsto no Programa Polis da Costa da Caparica. Proclamar não se aceitar a transferência dos Parques de Campismo sem a construção e entrada em funcionamento da referida Estrada Regional.-----
- 3 - Renovar o alerta para o Poder Central relativamente aos problemas de segurança rodoviária que subsistem na Via Rápida da Costa da Caparica/IC-20, nomeadamente com a falta de iluminação da via e com a situação do nó de acesso à Sobreda;-----
- 4 - Reafirmar a urgente necessidade de se assegurar a construção de um nó de acesso à auto-estrada A-2 na zona de Amora/Corroios, aliviando assim o tráfego automóvel que hoje sobrecarrega as vias urbanas do Concelho de Almada."-----

5.5.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO-----

Almada no Prémio Europeu da Mobilidade 2008-----

A Câmara Municipal de Almada assinou no passado dia 10 de Fevereiro de 2009, em Bruxelas, o Covenant of Mayors – Pacto dos Autarcas.-----

O Covenant of Mayors é um Pacto de Autarcas e é uma das mais ambiciosas iniciativas lançadas recentemente para combater o aquecimento global do Planeta. É uma iniciativa que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

reúne vários municípios numa rede global, à escala europeia, para partilhar experiências e melhorar a eficiência energética em meio urbano.-----

É de salientar que Almada foi uma das dez cidades portuguesas que aderiu a este projecto internacional assumindo desta forma um compromisso sério e eficaz para a melhoria da qualidade ambiental do Concelho de Almada, e contribuindo, simultaneamente, à sua escala, mas através de medidas concretas, para a salvaguarda do futuro do planeta.-----

O Pacto de Autarcas é uma iniciativa centrada em projectos concretos e em resultados mensuráveis, em que as cidades e regiões aderentes assumem formalmente o compromisso de reduzir as suas emissões de CO₂ em mais de 20% até 2020 desenvolvendo planos de acção para as energias sustentáveis.-----

Através deste Pacto as cidades signatárias comprometeram-se a atingir três principais objectivos: reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20%; melhorar a eficiência energética em 20% e assegurar 20% do consumo de energia a partir de energias renováveis.---

O trabalho direccionado para esta área iniciou-se em Almada no ano de 2001 quando o Município elaborou o inventário de emissões de Gases com Efeito de Estufa, o primeiro de âmbito municipal realizado em Portugal. A parceria então estabelecida entre a Agência Municipal de Energia de Almada (Ageneal) e a Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa desenvolveu a Estratégia para as Alterações Climáticas do Município de Almada (ELAC).-----

Almada tem de facto contribuído ao longo desta ultima década para a construção de um mundo mais sustentável e solidário. E o reconhecimento desse trabalho é notório: na iniciativa do Premio da Semana da Mobilidade de 2008, Almada foi a única cidade portuguesa finalista, tendo alcançado o segundo lugar face a concorrentes como Budapeste e Zagreb.-----

Promovida pela Comissão Europeia com vista a distinguir as melhores acções na promoção de uma mobilidade mais sustentável, a iniciativa contou em 2008 com a adesão de várias centenas de cidades, que participaram na "Semana Europeia da Mobilidade 2008", realizada entre 16 e 22 de Setembro. De um total de 66 cidades concorrentes ao prémio, foram seleccionadas 10, das quais saíram três finalistas, entre as quais estava Almada. Almada representou Portugal nesta iniciativa internacional, tendo a originalidade das acções promovidas, as parcerias conseguidas com os actores locais, assim como, a qualidade e diversidade das actividades recebido grandes elogios por parte do júri. Aliás, o comissário europeu do Ambiente, que entregou o prémio, felicitou Budapeste, a primeira classificada, pela sua vitória «contra a concorrência muito forte de Almada e Zagreb».-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assim, e considerando que para além do reconhecimento internacional que Almada tinha já nas áreas da Cultura, nomeadamente, no Teatro e na Dança, o Concelho de Almada passou a ser também uma referência no que diz respeito ao trabalho municipal nas questões relacionadas com o Ambiente, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 25 de Fevereiro de 2009 delibera:-----

1º Saudar a Câmara Municipal de Almada, a sua administração, trabalhadores e a população do Concelho pelo segundo lugar obtido na iniciativa do Prémio da Semana Europeia da Mobilidade 2008;-----

2º Saudar a Câmara Municipal de Almada pela adesão ao Covenant of Mayors ou Pacto dos Autarcas iniciativa de grande relevância na luta contra o aquecimento global do planeta."-----

5.5.4 - O Sr. Deputado Municipal Helder Viegas:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO-----

O Arsenal do Alfeite e a Luta dos Trabalhadores-----

O Governo do Partido Socialista, ao mandar publicar os Decretos-lei que determinam a extinção do Arsenal do Alfeite e a criação da Arsenal do Alfeite SA, apontando para um quadro de pessoal com menos 400 trabalhadores, desfere um duríssimo golpe nesta que é a mais importante empresa pública do Concelho de Almada, fundamental do ponto de vista económico e social, como no plano estratégico da defesa e soberania nacionais, garantindo a operacionalidade da Marinha Portuguesa.-----

Esta é mais uma medida no sentido da desresponsabilização do Estado em sectores decisivos e estratégicos para o desenvolvimento da região e do País, sendo este Governo e o Presidente da República os principais responsáveis por este acto e pelas consequências que dele resultarem.-----

Os sucessivos governos foram fazendo o seu caminho de destruição da indústria naval e de todo o aparelho que a região tinha para produzir riqueza e desenvolvimento. Destruíram os estaleiros da SRN, da CPP, da Parry & Son, da Lisnave Margueira. Uma experiência incomparável de milhares de trabalhadores que foi simplesmente malbaratada.-----

Segue-se o Arsenal do Alfeite, último reduto da construção e reparação naval e do conhecimento tecnológico naval no rio Tejo.-----

Ao contrário do que se pode ler no Decreto-Lei os trabalhadores afirmam que não foram ouvidos no processo. O facto do Ministério da Defesa Nacional ter chamado um dos dois Órgãos Representativos dos Trabalhadores uma hora antes do anúncio da decisão, deixando



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de fora o Sindicato, constitui uma afronta aos direitos dos trabalhadores e à própria democracia.-----

Não é aceitável este acto como um facto consumado, tal como os trabalhadores do Arsenal do Alfeite que já demonstraram a sua intenção em continuar a luta pelo futuro da empresa, pelos postos de trabalho, pelo vínculo público e pelos direitos. Importa continuar a manifestar a discordância com a extinção do Arsenal do Alfeite e a criação da Arsenal do Alfeite SA e a sua integração na Empordef.-----

Impõe-se a continuação da luta no sentido de inverter esta decisão, por um Arsenal do Alfeite Público ao serviço da Marinha e do País, contra a extinção de postos de trabalho e pela manutenção do vínculo público de todos os trabalhadores.-----

Reconhecimento aos trabalhadores que souberam dizer não também no passado dia 19 de Fevereiro aquando da concentração de cerca de 400 arsenalistas junto a Presidência do Concelho de Ministros.-----

Também a nível Nacional os trabalhadores estão em luta designadamente com nova jornada no próximo dia 13 de Março. A Grande Manifestação Nacional em Lisboa, convocada pela CGTP-IN, sob o lema “Mudar de Rumo, Mais Emprego, Salários e Direitos”, será o reflexo das mais variadas lutas de todos os trabalhadores portugueses, que não se conformam com esta crise que não é para todos, com as injustiças e desigualdades e que exigem uma política diferente, ao serviço do povo e do País.-----

Importa a propósito reafirmar que o caminho passa por outra política económica que promova o investimento na dinamização do sector produtivo. Uma política que crie mais emprego estável e com direitos, como forma de contribuir para o bem-estar das famílias e o desenvolvimento económico e social do País.-----

É necessário outra sociedade que privilegie a dimensão humana como factor do progresso e do desenvolvimento, que reparta a riqueza de forma mais justa, que respeite e dignifique quem trabalha, que recentre o papel do Estado e a prestação dos serviços públicos ao serviço de Portugal e de todos os portugueses.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária em 25 de Fevereiro de 2009 delibera:-----

- 1º Apelar ao Governo português no sentido de inverter a decisão da privatização do Arsenal do Alfeite pugnando por um Arsenal do Alfeite Público ao serviço da Marinha e do País;-----
- 2º Saudar a luta dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite contra a extinção dos seus postos de trabalho e pela manutenção do vínculo público de todos os trabalhadores;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3º Saudar as lutas de todos os trabalhadores portugueses apelando à participação na Grande Manifestação Nacional, convocada para o próximo dia 13 de Março, em Lisboa, sob o lema "Mudar de Rumo, Mais Emprego, Salários e Direitos".-----

5.5.5 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Proposta/Deliberação-----

Dignificar a Vida dos Almadenses-----

A vivência de uma comunidade faz-se na soma do bem-estar e da qualidade de vida de cada uma das suas partes, na certeza de que do particular para o geral se gera um efeito multiplicador de harmonia que ajuda a que o dia-a-dia das populações seja mais estável e positivo.-----

Sabemos que a vivência em sociedade se faz de articulação de vontades, na compreensão pelo facto de estarmos num mundo de recursos finitos, mas sempre com a percepção de que não podemos nunca escamotear que a partir do momento que cada cidadão ou entidade cumpre com os seus deveres pode, e deve, reivindicar todos os seus direitos.-----

Na freguesia da Charneca da Caparica sabemos que ao longo de muitos anos se tem arrastado os processos de reconversão de uma boa parte do seu território, e que originou que a vivência de muitos dos seus habitantes fosse feita em padrões muito abaixo do desejável.-----

Todos somos testemunhas que ao longo dos anos se têm arrastado os processos para a emissão dos alvarás de loteamento, e para as consequentes intervenções para a criação das infra-estruturas públicas para que aqueles territórios sejam dotados de condições de vida que é direito dos seus habitantes.-----

Tomando como exemplo a situação do Alvará de Loteamento 187/1986 na Aroeira (Charneca da Caparica), que compreende a zona da Avenida Sacadura Cabral, Rua da Graça, Rua das Palmeiras e Rua Henrique Franco, constatamos que depois de em 1986 ter sido emitido o respectivo alvará depois dos seus moradores terem cumprido as suas obrigações perante a autarquia, apenas em Fevereiro de 1998 foram iniciadas as obras de saneamento, sendo que até aos dias de hoje não foram concluídas as necessárias obras arruamentos (passeios e respectivas faixas de rodagem).-----

Este facto não pode deixar de merecer uma resposta estruturada e urgente da parte da Autarquia.-----

Assim, a Assembleia Municipal reunida no dia 25 de Fevereiro de 2009, delibera:-----

1- Que a Câmara Municipal intervenha, no cumprimento do seu dever, com carácter de urgência, resolvendo a situação dos arruamentos do loteamento 187/1986, bem como em



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

todos os demais casos onde se comprove que os diversos proprietários já cumpriram as suas obrigações legais para com o município, e onde se tenha emitido o respectivo alvará de loteamento, através da concretização das obras de arruamentos (passeios e faixas de rodagem, sinalização horizontal e vertical).-----

2- Que esta intervenção possa ser tão célere quanto o possível, e que nunca decorra mais de 6 meses sobre a data de aprovação deste documento."-----

5.5.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO/RECOMENDAÇÃO-----

O CÓDIGO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA E O DESINCENTIVO À PRECARIIDADE-----

Considerando que:-----

As consequências da crise económica que o país está a atravessar têm tido um reflexo assaz devastador nos níveis de Emprego tornando cada vez mais prementes a assumpção de medidas concretas que visem defender o Trabalho e os direitos dos trabalhadores.-----

Em tempos conturbados como os actuais, com o desemprego a aumentar de forma assustadora, a luta contra a precariedade deve ser, também, um dos nossos principais objectivos em termos laborais.-----

As Autarquias Locais podem ter um papel muito importante na adopção de procedimentos de desincentivo à contratação de trabalhadores com vínculos precários, sobretudo “falsos recibos verdes”, pelas entidades às quais adjudicam a aquisição de bens e serviços.-----

Os critérios de adjudicação devem ter uma forte ligação às necessidades e interesses públicos que consubstanciam a aquisição, entre os quais, numa perspectiva de desenvolvimento económico integrado, se podem inserir as preocupações sociais subjacentes à luta contra a precariedade, pela dignificação dos trabalhadores.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida na sessão ordinária de 25 de Fevereiro de 2009, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que:-----

À semelhança da obrigatoriedade de se exigir às empresas a comprovação prévia da regularização da sua situação tributária (Finanças) e contributiva (Segurança Social) para que seja possível proceder a quaisquer pagamentos superiores ao montante legalmente estabelecido, se passe a exigir, também, que assumam o compromisso, mediante declaração escrita, de que não possuem trabalhadores em regime de prestação de serviços a desempenhar funções de carácter permanente, na medida em que o Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 181/2008, de 29 de Janeiro) nada dispõe que impeça uma autarquia de estabelecer como condição de adjudicação aquele requisito.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Moção-----

Em Defesa da Zona Pedonal de Almada Centro-----

Com a entrada em funcionamento do MST no Eixo Central de Almada, passou também a existir uma zona pedonal na área da Praça MFA, conforme previsto no Plano de Mobilidade e Acessibilidades 21, aprovado há muito por esta Assembleia Municipal.-----

As regras de circulação nesta zona pedonal estão estabelecidas no Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação da UOGEC Almada Centro.-----

No entanto, desde a criação desta zona pedonal têm-se verificado algumas situações que é urgente corrigir, sob pena de Almada ficar "com a zona pedonal mais movimentada do mundo", como tem denunciado o recém-criado Movimento de Defesa da Zona Pedonal.-----

Assim, a Assembleia Municipal, reunida em 25 de Fevereiro de 2009 delibera:-----

- 1 - Repudiar a acção policial contra peões que se verificou na Zona Pedonal de Almada Centro.-----
- 2 - Solicitar à ECALMA esclarecimentos sobre a razão do não cumprimento do estipulado no nº 2, do artº 7º, do Regulamento, que refere que "o número de cartões de acesso emitidos não poderá exceder a capacidade máxima da garagem", uma vez que neste momento já foram emitidos cerca de mil cartões de acesso, para algumas dezenas de lugares de garagem.-----
- 3 - Requerer à ECALMA que encontre um mecanismo para que o estipulado no nº 2, do artº 7º, do Regulamento passe a ser efectivamente cumprido.-----
- 4 - Recomendar à ECALMA para que todo o Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação da UOGEC Almada Centro seja efectivamente cumprido, nomeadamente:-----
 - a) O respeito dos horários e regras para operações de carga e descarga (nº 2, do artº 14º);
 - b) A fiscalização eficaz da circulação de veículos na zona, apenas permitindo o acesso a automóveis devidamente autorizados e o cumprimento da velocidade máxima de circulação rodoviária - 10 Km/H (artº9º);-----
 - c) Efectiva proibição de estacionamento dentro dos limites da zona pedonal (nº 1, do artº. 14º).-----

5.5.7 - O Sr. Deputado Municipal Caetano Rolo:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO-----

Comemorações dos 35 anos do 25 de Abril de 1974-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em Setembro passado, o Partido Socialista apresentou uma proposta aceite por todas as forças políticas representadas nesta Assembleia, com excepção da CDU, sobre a realização de uma Sessão Solene para as comemorações dos 35 anos do 25 de Abril de 1974.-----

Esta proposta tinha os seguintes objectivos:-----

- Celebrar os 35 anos do aniversário da Revolução dos Cravos, que instituiu o regime democrático em Portugal.-----
- Permitir à Assembleia Municipal de Almada, enquanto órgão representativo do Poder Local Democrático, assumir um papel mais activo na promoção da celebração da data, sem invalidar a sua participação noutros eventos organizados pelos restantes órgãos autárquicos, dando uma especial atenção às camadas mais jovens, a quem deveremos inculcar o espírito de Abril.-----

Porque se trata de uma data histórica, com um inegável significado para as populações, que mesmo ao fim de mais de três décadas e meia, o demonstram em inúmeras manifestações e acontecimentos populares.-----

Porque Almada é um Concelho com uma grande tradição de celebração popular do 25 de Abril, fruto das suas largas tradições antifascistas e de um genuíno empenhamento do movimento associativo e do poder autárquico na organização destas iniciativas.-----

Porque do debate então realizado tinha ficado a promessa de voltarmos a falar do envolvimento da Assembleia Municipal na organização das comemorações dos 35 anos do 25 de Abril.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária dia 25 de Fevereiro de 2009, delibera:-----

1. Organizar, em data acordada em conferência de representantes, uma sessão extraordinária, para que a Assembleia Municipal reúna em Sessão Solene destinada a comemorar os 35 anos do 25 de Abril.-----
2. Constituir um Grupo de Trabalho que integre 1 representante de cada Grupo Municipal, com a missão de organizar esta sessão solene da Assembleia Municipal."-----

5.5.8 - O Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

(Projecto)-----

RECOMENDAÇÃO-----

A maioria comunista no Município de Almada gere a informação e publicidade dos órgãos autárquicos como se existisse um partido e opinião únicos no Concelho e, desprezando a transparência, não presta contas aos cidadãos e aos seus representantes das verbas dos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

municipes gastas nestas acções, nem distingue adequadamente informação necessária aos munícipes de mera propaganda partidária a quem domina a Câmara há três décadas.-----

De facto, o custo para os contribuintes do Concelho das despesas com publicidade por parte da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados, Empresa Municipal e Agências Municipais é, até ao dia de hoje, desconhecido na sua amplitude, uma vez que os mesmos não se encontram agregados em qualquer documento de prestação de contas.-----

A verdade é que nem os órgãos autárquicos nem os cidadãos de uma maneira geral conhecem a despesa anual que representam as campanhas promovidas pelo Município de Almada, os spots publicitários na televisão e na rádio, os encartes distribuídos em jornais de grande tiragem, os diversos boletins e revistas municipais.-----

Esta situação implica que seja vedada aos cidadãos a avaliação das prioridades da Câmara Municipal e aos órgãos autárquicos o direito democrático fundamental de controlo do exercício do poder, que faz parte das suas atribuições e competências.-----

Para além das despesas com publicidade nos media em geral, o Município de Almada dispõe de um vasto conjunto de publicações periódicas e promove diversas acções de divulgação, umas de cariz específico que visam divulgar iniciativas concretas, outras de âmbito mais genérico.-----

Seria importante separar neste campo o trigo do joio, as acções necessárias de informação e divulgação da mera propaganda política e da auto-promoção da imagem pessoal dos detentores de cargos políticos na autarquia.-----

Mas a Câmara Municipal tem recorrido repetidamente ao longo de décadas à estratégia da opacidade, tornando impossível essa separação entre o trigo da divulgação e o joio da propaganda, fronteiras que talvez se tenham tornado indefinidas no espírito dos próprios detentores do poder autárquico.-----

Nada temos a opor a que o PCP faça a sua propaganda no concelho, apenas queremos que a faça com os meios partidários adequados, em igualdade de armas com as restantes forças políticas e não pela instrumentalização de recursos que pertencem a todos os cidadãos ou pelo desrespeito do pluralismo político legitimado no local próprio pelo voto dos eleitores.-----

Poderíamos aqui listar uma infinidade de casos em que os meios públicos foram, a nosso ver abusivamente e em todo o caso erradamente, postos ao serviço do estrito objectivo da auto-promoção dos detentores de cargos públicos electivos no município, das forças políticas que os suportam e mesmo em antecipação de campanhas eleitorais que se avizinham ao arripio das normas que as devem reger.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Mas limitar-nos-emos, por ora, a dois exemplos flagrantes e recentes de acções de mera propaganda com uso de dinheiros do Município de Almada, não traduzindo qualquer elemento informativo relevante ou novidade que transcenda a campanha eleitoral encapotada:-----

1.º Exemplo: A campanha de exteriores promovida, em Janeiro, pela Câmara Municipal de Almada em todo o Concelho com o slogan “Todos Nós Construimos o Futuro. “-----

2.º Exemplo: A campanha de exteriores promovida, em Fevereiro, pela Câmara Municipal de Almada em todo o Concelho com o slogan “Grandes Projectos. Grandes Realizações”.-----

Já no Boletim Municipal, e para sermos benévolos, diríamos que a fronteira entre informação e propaganda é ténue. Aí, apenas a Presidente e os vereadores do PCP têm voz.-----

Acresce que a coluna da responsabilidade da Presidente da Câmara, sem garantir o direito ao contraditório, serve para atacar iniciativas dos representantes eleitos dos partidos que não o PCP.-----

Mais, página sim/página também, as fotografias da Presidente da Câmara sucedem-se numa tentativa tardia de “culto da personalidade” que resulta em auto-promoção provinciana, típica de uma fase da democracia portuguesa que felizmente o país já ultrapassou.-----

Ora, num Boletim que pertence ao Município, logo a todos os cidadãos do concelho, seria normal, numa democracia madura, que as opiniões das várias posições legitimadas pelo sufrágio popular também pudessem ser veiculadas, com respeito e imparcialidade, ao menos noticiando as suas posições e declarações de voto, o que não acontece.-----

O estrito respeito pelos princípios democráticos deveria ser uma constante de todo o mandato. Mas pelo menos no último ano antes de eleições, quem hoje detém o poder tem o dever democrático de se abster de manipular os recursos de todos em proveito de uma das forças e de um dos projectos em presença na definição dos destinos do Concelho. O dever de neutralidade e imparcialidade das entidades públicas, decorre aliás da lei eleitoral.-----

Isto significa que o Partido Socialista, não aceita que sejam os cofres municipais a pagar de propaganda ao PCP, tentando, ainda que sem sucesso, condicionar os eleitores na formação da sua opinião, encapotados numa suposta “informação municipal”.-----

Como prezamos a prestação de contas aos cidadãos, entendemos que apenas a propaganda deve ser eliminada e que a informação aos munícipes deve ser aperfeiçoada, pelo que deve ser estabelecido consenso entre os representantes eleitos dos cidadãos sobre a amplitude dos meios e os limites a que esta informação deverá revestir.-----

Seguramente que o bom senso democrático dos representantes eleitos dos cidadãos melhorará essa informação por relação à actual situação de captura dos meios do município pelos interesses da força política que o governa há três décadas.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, em 25 de Fevereiro de 2009, delibera recomendar à Câmara Municipal que:-----

1. Se abstenha do uso de recursos públicos do Município em iniciativas de auto promoção sem conteúdo informativo útil;-----
2. Garanta o respeito do princípio do pluralismo no Boletim Municipal, nomeadamente pela inclusão de uma coluna de opinião da responsabilidade dos representantes de cada uma das forças políticas representadas na Assembleia Municipal por força da vontade popular expressa em eleições.-----
3. Submeta, no último semestre do seu mandato, toda e qualquer proposta de campanha publicitária paga pelo Município a apreciação sobre a sua necessidade e conveniência em reunião pública da Câmara Municipal, garantindo assim transparência para os munícipes do uso de verbas para fins informativos que a eles e só a eles se destinam."-----

5.5.9 - O Sr. Deputado Municipal Dinis Vaz:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção-----

O Programa Polis é um projecto de requalificação Governamental, fundamental para o futuro da Costa da Caparica. É entendimento generalizado que o Turismo é crucial para o desenvolvimento económico em Portugal, que se pretende associado a um bom ambiente, com equipamentos e espaços de qualidade, atractivo aos nacionais e estrangeiros, que dê à Costa da Caparica e aos seus cidadãos dignidade e prazer em viver nesta cidade.-----

Infelizmente nas últimas décadas esta Freguesia tem sido alvo dos maiores atentados ao ambiente, e à qualidade de vida. Tudo isto perante a total incapacidade de intervenção por parte da Câmara Municipal de Almada.-----

Como é amplamente sabido, existem alguns pontos bastante problemáticos nesta freguesia. Centenas de famílias vivem em condições sub humanas em autênticos bairros de lata, que todos os dias aumentam de dimensão com a construção de novas barracas, fomentando problemas de ordem social, de higiene pública e de insegurança.-----

Perante este quadro tão delicado, é urgente a elaboração de um projecto que seja capaz de estancar este fenómeno de consequências graves para a Costa da Caparica e para o Concelho de Almada, podendo mesmo hipotecar as aspirações de tornar este território como a principal cidade turística da Área Urbana de Lisboa. Para isso é necessário que sejam tomadas as devidas diligências por parte da Câmara Municipal de Almada, articulando com as entidades governamentais, uma solução de realojamento digno para estes cidadãos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Para o Partido Socialista, realojamento significa também integração social. São dois conceitos que não se podem ver de forma isolada, como até agora tem sido feito neste concelho. Para nós, uma solução de realojamento integrado terá de ser sempre acompanhado de uma estratégia de reinserção social. Não defendemos a construção de um bairro social do tipo do Plano Integrado de Almada, mas sim o realojamento destas famílias em edifícios de habitação social de baixa densidade, integrados em conjunto com outros edifícios de habitação.-----

Mas a requalificação da Cidade da Costa da Caparica não se resume só a estes problemas, mas a outros não menos importantes, já muitas vezes apresentados pelo Partido Socialista quer na Assembleia de Freguesia, quer em Assembleia Municipal.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 25 de Fevereiro de 2009, delibera:-----

1. Exigir à Câmara Municipal de Almada que proceda às diligências necessárias para a rápida resolução dos problemas apresentados nesta moção, de forma a que a qualidade de vida da população da Costa da Caparica se torne uma realidade."-----

5.5.10 - A Sr.^a Deputada Municipal Inês Alexandre:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO-----

Concessão Baixo Tejo-----

No dia 25 de Janeiro de 2009, numa cerimónia presidida pelo Primeiro-ministro José Sócrates, em Almada, foi assinada a adjudicação da empreitada para a Concessão Baixo Tejo. A Concessão Baixo Tejo tem uma extensão total de 70km, abrangendo os Concelhos de Almada, Seixal, Barreiro, Montijo, Moita, Alcochete, Palmela, Setúbal e Sesimbra.-----

A nova concessão rodoviária, orçada em 278 milhões de euros, usando as palavras do Primeiro-ministro José Sócrates "dá mais oportunidades às pessoas do distrito de Setúbal", a que se juntam outros investimentos estruturantes como a construção do TGV e o novo aeroporto de Lisboa, em Alcochete.-----

Para além de ligar todos estes Municípios, permite mais e melhores acessibilidades aos investimentos estruturantes em curso na região: a Plataforma Logística, no Poceirão, a Terceira Travessia do Tejo, entre Cheias e o Barreiro, e o Novo Aeroporto de Lisboa, em Alcochete.-----

A concessão do Baixo Tejo integra um total de 68 quilómetros de estradas a Sul de Lisboa, 32 quilómetros de novas vias, estando previsto para os restantes obras de requalificação, incluindo a duplicação de vias.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Com o empreendimento, serão directamente beneficiadas cerca de 715 mil pessoas. O projecto lançado é fundamental para o Concelho de Almada, já que prevê a concepção, construção, financiamento, exploração e conservação dos lanços de Auto-Estrada no Itinerário Complementar (IC) 32 entre Funchalinho e Coina (22km), incluindo a ligação à Trafaria. Integra ainda o troço da Estrada Regional (ER) 377-2 entre a Costa de Caparica e a Fonte da Telha (10Km.)-----

Incluídas estão também a requalificação da Avenida do Mar, entre a Fonte da Telha e o IC32 (7km), uma estrada de jurisdição municipal. A concretização do IC32 entre Funchalinho e Coina vai permitir a conclusão da Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS), dando continuidade ao lanço (já construído) entre o Montijo (A12/IP1) e Coina.-----

Esta obra mostra bem que o Governo Faz no Concelho de Almada. Este é um investimento que cria mais oportunidades para o futuro.-----

A realidade desmente a agenda reivindicativa e muitas vezes inconsequente dos responsáveis pelo executivo municipal de Almada, respondendo incisivamente a visões de descrédito e enganosas que se fundam sobejas vezes no discurso das verbas que deveriam ser inseridas em PIDDAC e o não foram, meias verdades ou apenas o conjunto de elementos escolhidos para defender uma posição falaciosa. Vale a pena recuperar as palavras da Presidente da Câmara Municipal, na introdução às Grandes Opções do Plano 2007 relativamente a esta obra: "A ligação rodoviária Pêra/Trataria, parte do IC32, suspensa desde 1995 (...) dotada em 2006 com verba irrisória de 3,750,00€ e uma programação excessivamente prolongada (...) em 2007 é eliminada da proposta de PIDDAC do Governo". Por várias vezes afirmámos nesta Assembleia que o PIDDAC não era o único instrumento de investimento do Estado.-----

Com a adjudicação da concessão do Baixo Tejo a realidade vem desmentir as meias verdades com que a Câmara Municipal de Almada, em particular a sua Presidente, no exercício das suas funções, já nos vem habituando, em cumprimento de uma agenda meramente partidária, a quem só interessa ter capital de queixa.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, em 25 de Fevereiro de 2009, delibera:-----

1. Saudar a adjudicação pelas Estradas de Portugal da empreitada da Concessão do Baixo Tejo.-----
2. Reafirmar a posição de princípio da Assembleia Municipal de Almada de que infra estruturas necessárias aos movimentos quotidianos dos cidadãos, sem que haja alternativa viável, não devem ser objecto de portagens."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.5.11 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação-----

Com a entrada em funcionamento do Metro Sul do Tejo, era suposto que grande parte do eixo da Avenida central de Almada passasse a ser uma zona pedonal, para valorizar o comércio local e devolver às pessoas a fruição do espaço público. Esta foi a opção da Câmara Municipal de Almada para a requalificação do espaço canal.-----

Toda a zona está sinalizada como pedonal, mas é hoje invadida pelo intenso tráfego automóvel:-----

a) Com cargas e descargas avulsas, sem qualquer regulamentação acessível;-----

b) Com circulação automóvel: A autorização de circulação é regra e não excepção a que se junta a circulação de centenas de outros automóveis não autorizados;-----

c) Ao longo da Avenida, o mobiliário urbano que supostamente serviria para que as pessoas tivessem oportunidade de tirar partido do espaço público, estão colados aos lugares de estacionamento.-----

A vista não é a Avenida, mas sim o carro que se estaciona;-----

d) Ao contrário do que seria normal numa zona pedonal, os autocarros circulam em verdadeira competição com o MST.-----

A pedonalização do eixo central de Almada estava prevista no Plano de Mobilidade Acessibilidades 21, que custou muitos milhares de euros aos munícipes de Almada.-----

A Comissão de Acompanhamento deste Plano de Mobilidade Acessibilidades 21, logo em 2002, tinha chamado "a atenção da Câmara para o elevado nível de exigência que implica em termos de acompanhamento, a concretização das medidas do plano bem como a gestão corrente do modelo de deslocações preconizados", no entanto:-----

➤ A realidade mostra que a Câmara de Almada não preparou convenientemente a entrada em funcionamento do Metro Sul do Tejo.-----

➤ A realidade mostra que a valorização do eixo central de Almada tem como principal obstáculo a incompetência da Câmara de Almada.-----

➤ A realidade mostra que a Câmara de Almada não sabe dar resposta às exigências de implementação do Plano de Mobilidade.-----

Verifica-se assim que o actual executivo camarário não está à altura de tirar o melhor partido dos benefícios que poderiam decorrer do MST para uma melhor mobilidade aos Almadenses.-

O PS alertou a Câmara para estas situações nos órgãos municipais. As populações têm, justamente, protestado contra a realidade actual.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Câmara de Almada preocupou-se mais em gastar dinheiro a criar uma empresa municipal para gerir o estacionamento (que ainda para mais não fiscaliza, como lhe competia) e a gastar avultadas somas em acções de propaganda da zona pedonal e não foi e não é capaz de garantir o óbvio: uma zona pedonal para peões.-----

É uma vergonha Almada ter a zona pedonal mais movimentada do Mundo, em que espaços para peões são disputados por autocarros e outras viaturas.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária, em 25 de Fevereiro de 2009, delibera:-----

1. Exigir à Câmara Municipal de Almada que garanta um efectivo respeito pelas zonas pedonais.-----
2. Exigir à Câmara Municipal de Almada que introduza no relatório da actividade municipal informação concreta sobre as medidas que toma para garantia do respeito pelas zonas pedonais."-----

5.5.12 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOCÃO/PROPOSTA-----

Minimização da Crise Económica passa pela Autarquia-----

O ano de 2009 ameaça tornar-se num dos economicamente mais dramáticos na história democrática do nosso país.-----

Consequência de um conjunto de razões de carácter financeiro global e nacional que evoluíram para uma crise económica cujos primeiros sintomas se fazem sentir no elevado crescimento da taxa de desemprego, as dificuldades chegaram rapidamente às famílias que se debatem com a enorme incerteza no seu futuro próximo.-----

Um pouco por todos os sectores da economia, a abrupta retracção ao consumo e ao investimento arrastou para uma espiral de dificuldades em primeira instância os mais socialmente desfavorecidos mas também aqueles cujos rendimentos oriundos exclusivamente do seu trabalho se confrontam com um elevado défice de segurança no seu posto de trabalho em contraponto com um conjunto de encargos fixos galopantes onde se incluem mas não exclusivamente os resultantes dos encargos com a educação, a saúde e os transportes.-----

A falta de apoios sustentados à terceira idade é igualmente um factor de preocupação para as famílias cuja opção ou inevitabilidade de integração dos mais idosos, muitas vezes com elevado grau de dependência, no seio familiar vem tornar ainda mais dramática a gestão da incerteza do seu futuro.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

É nesta conjuntura que cada vez mais os cidadãos se socorrem dos que lhe estão mais próximos. Em primeira instância nas suas IPSS, como se torna público de forma corrente, mas também da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal.-----

As autarquias são reconhecidamente o núcleo mais dinâmico das suas comunidades, princípio válido pelos motivos mais felizes mas também em tempos de grande dificuldade.-----

Os municípios substituem-se muitas vezes ao Poder Central nas atribuições e competências no apoio às suas populações e justamente reclamam a necessária transferência de competências nas áreas da Saúde e Acção Social no cumprimento dos princípios da Subsidiariedade em que segundo o qual devem as diferentes atribuições e competências ser exercidas “pelo nível de administração melhor colocado para os prosseguir”.-----

Tais afirmações têm sido objectivo de concordância e afirmação reiterada por parte dos organismos representativos do Poder Local.-----

Igualmente o tecido empresarial, nomeadamente mas não exclusivamente as micro, pequenas e médias empresas, estão confrontadas com um paradigma onde se somam as pesadas contribuições fiscais e o fraco nível de consumo geral com a dificuldade de acesso aos recursos financeiros que sustentem os investimentos estruturantes e a manutenção dos postos de trabalho.-----

Esta é uma equação da qual as Autarquias não podem e não se devem subtrair.-----

Muitos dos nossos Autarcas em Portugal já nos deram o seu exemplo, muitas vezes hipotecando outros tantos necessários planeados investimentos, trazendo corajosamente e sem falsos mediatismos ou eleitoralismos, assim devemos acreditar, medidas ao alcance daquelas autarquias inclusivamente as financeiramente débeis. Almada e o distrito de Setúbal é recorrentemente objecto de dificuldades económicas cíclicas.-----

O município de Almada pode e deve dar a mão às famílias e às empresas antes que a estatística se torne tristemente célebre e passemos a assistir ao jogo da culpabilidade que em nada ajuda quem precisa.-----

Os que precisam, precisam hoje.-----

Os que precisam, precisam mais.-----

Os que precisam, precisam de nós seus representantes locais para concretizar no imediato medidas que possam minimizar as suas angústias e as suas dificuldades, explícitas ou envergonhadas.-----

Assim, considerando o acima exposto a Assembleia Municipal de Almada, exorta o executivo a que:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- No âmbito das suas competências estude e concretize a implementação de um conjunto estruturado de medidas de urgência de apoio ao tecido familiar e às empresas;-----
- Mais do que o nº de medidas ou beneficiários, as mesmas sejam coerentes com os problemas sociais identificados na realidade do município;-----
- Para operacionalizar o acima referido o executivo recolha a informação pertinente no âmbito das estruturas da rede social local e identifique em parceria as acções tidas por relevantes."-

5.5.13 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Não vou naturalmente comentar as palavras que me foram dirigidas, foram dirigidas à Câmara e portanto desadequadas, injustas, menos verdadeiras, mas ia sobretudo deixar aqui duas notas em relação a duas matérias que me parece importante referir. Uma delas tem a ver com uma proposta que faz referência à Aroeira, onde se diz que foi emitido um alvará e que não existem as infra-estruturas. Ora bem, isto com certeza que a abordagem não está correcta porque quando é emitido um alvará é porque todas as obras de infra-estruturação foram feitas pelo próprio promotor. Portanto queria deixar esta nota, não tenho nenhum lote neste loteamento, mas dizer que em sede de loteamento todas as infra-estruturas do loteamento têm que ser assumidas pelo loteador e portanto não percebo a proposta. Além disso queria deixar a nota de que enfim como a proposta refere há de facto processo de reconversão e está muito bem dito, de reconversão, o que quer dizer que os processos começaram mal e começaram à frente da Câmara e portanto se é preciso reconverter é porque o que estava foi iniciado de forma irregular e por isso mesmo os processos são mais complexos do que aqueles que são desenvolvidos regularmente. Depois relativamente à proposta agora apresentada sobre as questões relacionadas com a crise económica que todos sentimos e sabemos e acompanhamos com muita preocupação e as medidas que têm vindo a ser tomadas, naturalmente que correspondem a algum esforço de minimização, mas não resolvem todos os problemas que aí estão a afectar a vida das famílias, das empresas, temos todos consciência disso. Depois no entanto que no nosso Município não temos estado a assistir. E que todas as medidas que foram tomadas até hoje pela própria Assembleia Municipal e pela Câmara, portanto o reflexo dessas medidas corresponde no nosso Concelho a um valor estimado na ordem dos 4,5 milhões de euros. Portanto, aquilo que a Associação Nacional dos Municípios tem vindo a divulgar como contribuição dos Municípios para o combate à crise e que é de facto um esforço muitíssimo grande dos Municípios portugueses também conta com o esforço do próprio Município de Almada. Deixava esta nota para que também os Srs. Deputados Municipais tenham conhecimento deste número que é de facto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

muito significativo e que faz parte do bolo que a Associação Nacional dos Municípios anunciou ao País como contribuição dos Municípios portugueses."-----

5.5.14 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr.^a Presidente, eu identifico desde já o lote. É o lote nº 319/84 que foi alvo de um alvará de loteamento nº 187/86, eu fico surpreso pela sua interpretação da responsabilidade ou falta dela da Autarquia, porque se me permite são os próprios serviços camarários em carta enviada à Comissão de proprietários a assumir a responsabilidade da Autarquia. Aliás eu posso-lhe perguntar e depois posso-lhe facultar cópia, é a Arquitecta Isabel Ferreira Serra, no dia 15 de Dezembro de 2003 que diz: "efectivamente cabe ao Município a execução das infra-estruturas internas desta parcela. Bom, quando é a própria Câmara a garantir que a responsabilidade é sua e passados vinte e três anos, repare vinte e três anos da aprovação do alvará de loteamento, estamos agora aqui passados vinte e três anos e nós temos aqui fotografias do local, se isto é sítio que se apresente como cartão de visita do Concelho de Almada, para qualquer pessoa que passe aqui e diga: bom, isto é um Concelho desenvolvido que no século XXI oferece não passeios, não alcatrão, mas sim verdadeiras crateras para as pessoas andarem a passear nos seus dias de domingo. E portanto, Sr.^a Presidente da Câmara, a única coisa que lhe posso dizer é que fico surpreso com a sua resposta quando são os seus próprios serviços a garantir que a responsabilidade é da Câmara o alvará de loteamento tem vinte e três anos, as obras de saneamento têm pelo menos uma década e faça um favor. Se não sabe segunda-feira se quiser eu, e certamente outros autarcas estão disponíveis para irem consigo ao local para ver a falha gravíssima da Autarquia. E portanto deixe-me que lhe também, eu dei-lhe este exemplo concreto, mas este exemplo não é apenas deste loteamento, nós temos aqui uma pequena parcela da Aroeira onde está radiografado que não só há áreas que ainda não têm saneamento, há áreas que não estão alcatroadas, e muitas delas já têm o seu alvará de loteamento, o que significa que as pessoas cumpriram o seu dever para com a Autarquia."-----

Aquilo que eu lhe quero deixar bem claro é que no nosso entender o exercício da função autárquica compreende direitos e deveres. As pessoas em relação à Câmara cumpriram os seus deveres. Aquilo que exigimos é que a Câmara cumpra os seus deveres em relação às pessoas, porque as pessoas estão no seu direito. E aquilo que lhe deixamos aqui com esta proposta é isto mesmo, é reivindicar que a Câmara faça aquilo para que foi eleita, governar o nosso território e desenvolver o nosso território com respeito pelas pessoas que cá estão e cumprem os seus deveres."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.5.15 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

É que o Sr. Deputado agora falava no lote 319/84 e de facto a proposta que aqui está em toda a sua argumentação vem falar de um alvará de loteamento 187/86 e sabe Sr. Deputado estas coisas não se vêem só observando o território, vêem-se nos processos. E é através dos processos que as questões são identificadas, analisadas, percebidas e que é possível explicar a todos em que é que consiste efectivamente o problema. Portanto, não é com isto que o Sr. resolve os problemas das pessoas que o contactam, as pessoas devem contactar os Serviços Técnicos da Câmara, o Vereador que atende todas as semanas e naturalmente com os eleitos e com os técnicos perceber cada situação e dessa maneira serem ajudados. Porque eu digo-lhe Sr. Deputado que nós herdámos neste Concelho um território loteado clandestinamente, os grandes proprietários das grandes quintas que foram à frente da Câmara e que lotearam, abriram ruas, criaram lotes, venderam lotes como se fossem lotes urbanos, eram avos indivisos e ao longo destes anos existem centenas de reconversões concretizadas até através de um trabalho estreito entre a Câmara e os proprietários quando não havia ainda sequer legislação sobre a reconversão das áreas de génese ilegal, nós fizemos um caminho organizando as populações, criando condições para que se envolvessem com a Câmara na sua reconversão e temos muita, muita honra no trabalho feito e dando muito valor às Comissões de Proprietários que fizeram um trabalho extraordinário representando muita e muita gente. E se nós estivéssemos à espera da Lei ainda hoje não tínhamos quase nada do nosso Concelho reconvertido. E o problema era catastrófico em grande parte do nosso território a partir da construção da Ponte 25 de Abril, como aconteceu nas Áreas Metropolitanas e nas zonas litorais. O que nós temos que naturalmente criticar e não só, são aqueles que de forma marginal se puseram à frente da competência dos Órgãos Autárquicos e que fizeram este crime de Lesa Pátria que foi retalhar o território e vender lotes clandestinos como se, se tratasse de lotes urbanos. E as pessoas não podiam sequer construir a sua casa, as pessoas o que tinham eram avos indivisos, e com os avos indivisos não conseguiam ter uma licença de construção nem sequer conseguiam legalizar construções clandestinas que já tinham feito. Nós temos um trabalho impar e um trabalho extraordinário neste Concelho, com o envolvimento das pessoas e estamos sempre disponíveis para atender. Nós reunimos à primeira e terceira quarta-feira de cada mês em reunião pública de Câmara. E depois da Ordem de Trabalhos nós ficamos sempre o tempo que é necessário, o Vereador José Gonçalves agora como Vereador do Urbanismo fica até às vinte e duas às vinte e três e muitas vezes a caminhar para a meia-noite, aquilo que for necessário, mas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

sempre com uma enorme disponibilidade para reunir com as pessoas. Nós damos a máxima prioridade na nossa Câmara Municipal a todos, mas em particular aos processos de reconversão, a máxima prioridade, é isso que está estabelecido para os Técnicos Municipais, o atendimento às Comissões de AUGI é a máxima prioridade que se estabelece.-----

Eu pensei que o Sr. quando falou da Aroeira queria falar de outra coisa, quando fala de alvarás, isto é uma matéria muito vasta que tem um histórico muito longo e que tem naturalmente soluções e resultados alcançados aqui no nosso Concelho, que não está tudo resolvido, nós próprios no relatório de Avaliação do Plano Director Municipal dizemos daquilo que era a área retalhada no nosso Concelho, nós dizemos o que é que já está reconvertido ou em vias de o ser. E dizemos qual é a área que está ainda na fase da organização das Comissões de Proprietários, está lá escrito. Mas é extraordinário aquilo que está feito. E aqui o mérito foi da capacidade de encontrar formas de intervir no problema, sempre e sempre com a nossa maneira de trabalhar que é com as pessoas, envolve-las, organizá-las, fazer participar as pessoas e encontrar mecanismos. Eu lembro-me quando comecei no Urbanismo, quando nós inventámos uma solução, foi as pessoas não podiam entregar uma garantia bancária porque era impossível, como é que isto era possível? Não podiam hipotecar porque eram avos indivisos e onde é que estavam todos os proprietários? Confirmou-se que era impossível, nós criámos um mecanismo que foi o das livranças, das livranças em branco que eram entregues por cada uma das compartes. Isto foi até ao IGAPHE e tivemos uma inspecção na Câmara. E depois com o então Secretário de Estado Nunes Liberato que visitou o nosso território, que percebeu a realidade local e o que estávamos a fazer, tudo isso foi reconhecido e o nosso processo foi considerado como um processo avançadíssimo na intervenção de um problema extraordinariamente complexo, difícil e sem legislação que permitisse às Autarquias avançarem. Quem não se lembra das campanhas não compre sem consultar a Câmara, por todo o nosso território? Mas não ficámos só por ai, também não dissemos às pessoas, agora a Câmara Municipal tem todos os recursos para fazer as infra-estruturas dos loteamentos, porque isso também era obviamente, injusto porque quando nós vamos comprar um lote infra-estruturado nós compramos o lote pagando as infra-estruturas, não é com o dinheiro de todos que elas foram feitas, foi com o Urbanizador que loteou que pagou os encargos e que pagou as infra-estruturas e cada um de nós compra o lote com esses encargos. E o que se passa é que as pessoas tendo comprado os tais avos, organizando-se em Comissões de Co-Proprietários elas próprias funcionam como o Urbanizador, é mais difícil é, mas tem tido um resultado muito, muito interessante e sobretudo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de uma enorme justiça e de uma enorme equidade em relação a todos os cidadãos, a todos os Munícipes deste Concelho.-----

A matéria que aqui traz Sr. Deputado Municipal não se resolve com Moções, a matéria que aqui traz resolve-se com o mesmo diálogo que nós sempre temos usado com os nossos Munícipes, a mesma disponibilidade para ir aos processos perceber as situações e se alguma coisa estiver atrasada resolver no momento seguinte, é assim que nós trabalhamos."-----

5.5.16 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Efectivamente estas coisas não se resolvem com Moções se estas coisas se tivessem resolvido com trabalho. Como efectivamente em vinte e três anos ainda não se resolveu com trabalho, temos que trazer a Moção e esta proposta.-----

Sr.^a Presidente da Câmara, nós especificamente trouxemos um exemplo e fizemos do exemplo uma proposta global, em todas estas circunstâncias onde se tivesse verificado que as Comissões de proprietários tinham cumprido os seus deveres em relação à Autarquia como era o caso, e está assumido pela Autarquia que era o caso, então que se uma vez por todas a Câmara se empenhe em conjunto com as Comissões de Proprietários em trabalhar e em resolver aquilo que há vinte e três anos já devia estar resolvido."-----

5.5.17 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Não existe nenhum lote com o número 319/84, pode haver um processo de construção, agora um lote 319/84 não há Sr. Deputado. Portanto, precisamos de ir aos processos para perceber."-----

5.5.18 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr.^a Presidente só um breve comentário ao seu comentário à Moção que nós apresentámos, uma Moção construtiva, uma Moção isente de comentários paralelos ou acessórios que não tragam nada de novo ou nada de importante para aquilo que nós trazemos aqui hoje, apenas um exemplo do que é que pode ser feito sem reduzirmos as nossas intervenções a milhões de euros ou euros.-----

É verdade o Presidente da Associação de Municípios tem feito, tem vinculado a informação de qual é que tem sido a contribuição estimada dos Municípios em diferentes medidas que muitas delas decorrem já do passado e não são novas, não são aplicáveis a uma situação aguda que estamos a viver, e que vamos continuar a viver, no entanto pode-se fazer algo mais sem podermos contabilizar as nossas em euros. Alguns exemplos rápidos para



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

podemos ver o que é que pode e deve ser feito de bom, para podermos também ajudar a minimizar estas situações. Como por exemplo uma Autarquia que diz: todas as crianças independentemente da sua capacidade económica têm acesso gratuito às refeições e ao prolongamento do horário escolar; vamos compartilhar o arrendamento das habitações para agregados que estejam em situação de desemprego; apoiar a criação de emprego como melhor maneira de combater a crise; quinhentos mil euros para gastar em 2009, para apoiar as pequenas e médias empresas, para quem pretender avançar com um novo negócio; ter como prioridade as reuniões com as empresas para dar logo solução às empresas, estamos a falar de um exemplo de um Presidente da Câmara, um outro Presidente da Câmara do nosso Distrito também; antecipar eventuais dificuldades dos habitantes durante a crise; esta iniciativa baseia-se no nosso testemunho de apoio às famílias e dos elementos que temos sobre o emprego que estão em risco de o perder; finalmente uma outra Autarquia também do Norte do País, quinze medidas de combate à crise, como por exemplo criação de gabinete de Apoio à Família, como por exemplo ajudar as candidaturas do PROCOM nomeadamente do Comércio Tradicional e como todos nós sabemos estão também em curso para elaboração até Março ou inclusivamente dotar e por à disposição destes Municípios, destas pequenas empresas e destas famílias os próprios recursos da Câmara ao nível jurídico e ao nível do aconselhamento financeiro para poderem também utilizar todos os recursos que estão à sua disposição. Estas medidas não são contabilizadas em milhões de euros, são medidas concretas que podem e devem ser implementadas."-----

5.5.19 - O Sr. Deputado Municipal Almeida Lima:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Queria em nome da minha bancada repudiar a infeliz observação do Sr. Vereador Gonçalves relativamente ao momento da apreciação por parte desta bancada relativamente aos trabalhadores da Câmara. Nós trouxemos este processo aqui de uma forma perfeitamente honesta, servindo-nos inclusivamente de fotografias de toda a documentação da Câmara e quando falamos da Câmara falamos como um todo. Estamos aqui a adiantar um problema de pessoas e de cidadãos deste Concelho que cumpriram as suas obrigações. certo que num processo infeliz de reconversão de um loteamento, mas cumpriram as suas obrigações para com a reconversão há vinte e cinco anos. E o problema não está resolvido. Foi só por isso que trouxemos aqui este assunto, está feita a nossa observação."-----

5.5.20 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu percebo a forma como a questão é colocada, de qualquer maneira o que importa deixar nota e foi isso que o Sr. Vereador aqui com um aparte deixou, foi que não foram os eleitos que fizeram o mapa, mesmo que o mapa esteja mal, não foram os eleitos que fizeram o mapa. Agora, eu o que disse para esclarecer e continuo a dizer é que não existe lote 319, para nós todos os cidadãos têm o mesmo tratamento, e todos merecem a mesma atenção, mesmo tendo feito mal. E portanto, o facto de os Srs. terem feito a intervenção que fizeram e trazerem a Moção que trouxeram, nós o que registamos é o problema. Agora, o que dissemos é que o problema não se resolve com Moções, o problema resolve-se com os alertas. Nós encontramos todos os dias por aí e se nós queremos ajudar e se queremos ajudar os cidadãos, também nos podemos ajudar uns aos outros, porque se um dos Srs. Deputados Municipais tiver um problema, eu agradeço que me digam, se tiverem um problema que não está resolvido e que já devesse ter sido resolvido. Eu agradeço. Como muitas vezes me chegam através de alguns de vocês problemas de pessoas vossas conhecidas, e eu não rejeito, tomo nota e chego à Câmara e vou ver e vou procurar, perceber se está atrasado, porque é que está atrasado, se há razão ou não para estar atrasado e se deve avançar mais depressa. Agora, transformar isto numa Moção é que eu acho que não faz muito sentido. E portanto eu registei aqui, lote 319, acho que é projecto de construção 319. Temos cá a indicação do alvará, portanto temos os ingredientes para o Sr. Vereador chegar à Câmara, chamar o Chefe de Divisão, olhar para os processos e perceber do que é que se trata. E por ventura neste Concelho existir um lote com o problema que aqui deixou, existindo um lote com o problema que aqui deixou nós dizemos; é tão grave como existirem cem, para nós desde que exista um problema, é um problema e deve ser resolvido. Agora, que não seja de uma forma como aqui está a pretender-se fazer crer, ou seja, isto é tudo uma bagunça; está tudo mal; não se faz nada; os clandestinos estão por aí a cumprir as suas obrigações e a Câmara é que não está. Isso é que não.-----

Bom, a questão que aqui trouxe relativamente aos problemas da crise. Claro que tudo se transforma em euros, tudo custa dinheiro. Eu quando avancei com esta informação é porque achei que era importante que todos tivéssemos a noção de qual é o esforço que o nosso Município está também a fazer a par das discussões que o Governo tem vindo a tomar para este problema que é a crise que afecta as famílias, as empresas.-----

Eu queria aqui deixar a nota que os comerciantes também estão no apoio da Câmara, que as famílias com o apoio alimentar estão neste apoio, que também temos transporte adaptado, que também temos setenta e cinco por cento das empresas com rendimentos até cento e cinquenta mil euros ano e são muitas, são alguns milhares, também foram objecto de isenção



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

da Derrama. As rendas de casa, quantas rendas de casa estão em standby que não pagam, não foram actualizadas. A água é outra situação, o que não acontece por exemplo com a luz nem com os telefones, mas a água admite-se inclusivamente que as pessoas possam ir pagando. Há planos de pagamento da água.-----

Há aqui quatro milhões e meio, tem a ver com a vida real das pessoas, com o equacionar das medidas que tomámos neste contexto e avaliá-las, porque é o nosso dinheiro, é o dinheiro de todos os cidadãos deste Concelho e que estão também a fazer o seu esforço para ajudar numa situação de crise quem mais precisa."-----

5.5.21 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Algumas observações sobre as Moções em discussão. Falei com o Sr. Deputado do Partido Socialista António Mendonça Mendes, no sentido de lhe sugerir uma alteração no ponto 2 da Moção, da parte deliberativa da Moção sobre a realização de uma Assembleia Municipal para comemorar os 35 anos do 25 de Abril, creio que o Partido Socialista publicamente não assumiu, em conversa comigo sim, mas publicamente relativamente à Assembleia, não assumiu essa alteração e portanto Sr. Presidente, passo a dizer que a CDU propôs que no ponto 2 da Deliberação onde diz constituir um Grupo de Trabalho que integre, propomos: constituir um grupo de trabalho saído da 2ª Comissão que integre um representante de cada e depois fica igual. Portanto aprovaremos está Moção com esta alteração. Mas ainda assim, gostávamos de dar a seguinte nota, nós em Almada e falo, a própria Moção de resto reconhece que é a grande tradição e estou a citar, a grande tradição da celebração popular do 25 de Abril, fruto das suas largas tradições antifascistas e seguramente que aqui a CDU e os Comunistas tiveram sempre um papel de destaque e de, e volto a citar de um genuíno empenhamento do Movimento Associativo e do Poder Autárquico na organização das iniciativas comemorativas do 25 de Abril, portanto quero dizer, Srs. Deputados que nós para comemorar o 25 de Abril não precisamos de apresentar Moções e temos tido ao longo dos anos de facto a comemoração do 25 Abril, no movimento associativo, nas Juntas de Freguesia, nas Assembleia de Freguesia, na Rua com as populações, mas não vemos nenhuma questão, aliás tal como em Setembro dissemos que para fazer uma Sessão Solene sobre o 25 de Abril na Assembleia Municipal ela tivesse que decorrer de uma Moção e o que se sugeriu na altura e lendo a Acta dessa Sessão a que se sugeria que ela resultasse, baixasse à Comissão e resultasse de uma proposta da Comissão. E portanto Srs. Deputados dizer que lamentamos que tenha que ser uma Moção para fazer esta iniciativa, mas obviamente que o Partido Socialista ao não ter aceite a nossa sugestão de baixar à Comissão



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

não é isso que hoje nos leva a rejeitar e portanto com a alteração que indicamos e indicamos aprovaremos. Depois, Srs. Deputados; sobre a Moção do PSD, sobre as condições minimização da crise passa pela Autarquia. Eu acho este título muito infeliz, porque a Autarquia como foi dito pela Sr.^a Presidente da Câmara, e nós todos sabemos porque em vários momentos desta actividade municipal nestes quatro anos nomeadamente em questões de balanço e em questões de projecção para os anos seguintes, nós vimos como a Autarquia em sede do CLASA por exemplo, no apoio às IPSS's, em sede do programa por exemplo de inclusão nas várias instituições de solidariedade social, no apoio às crianças com o aumento enfim da alimentação das crianças do 1º Ciclo. Da questão dos comerciantes e não foi preciso vir a crise internacional para nos últimos anos a Autarquia já estar a apoiar no plano social várias entidades e sectores da população.-----

A Sr.^a Presidente falou na questão da água e nós temos outros exemplos. Já agora gostava de chamar a atenção dos Srs. do PSD, eu estou muito de acordo quando os Srs. dizem que há bruta retracção ao consumo, e estou muito de acordo que sobretudo daqueles cujos rendimentos são exclusivos do seu trabalho. Como os Srs. sabem o PCP tem feito várias propostas no sentido de aumentar os salários e as pensões porque é a única forma que tem de poder aumentar o poder de compra dos povos, das populações, dos trabalhadores. Temos inclusivamente relativamente às questões do subsídio de desemprego colocado várias vezes a necessidade do prolongamento extraordinário, porque para crises extraordinárias tem que haver medidas extraordinárias no que diz respeito ao subsídio de desemprego e no que diz respeito ao apoio aos jovens. E portanto Srs. Deputados do PSD é muito louvável que se preocupem com a crise, mas já agora apontem as suas directivas e as suas direcções de trabalho a quem pode efectivamente reforçar a Segurança Social para apoios aos trabalhadores e aos pensionistas e não tenham esta ideia maniqueísta de que as Autarquias é que têm de resolver os problemas dos trabalhadores, do povo e do País. E portanto votaremos contra."-----

5.5.22 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Nós também só queríamos dar aqui algumas indicações sobre o nosso sentido de voto. Votaremos favoravelmente as Moções da CDU e as do PSD. Relativamente à Moção da CDU sobre o Arsenal do Alfeite eu penso que terá sido aceite aquela proposta que nós fizemos de alterar o primeiro ponto da Moção, que era repudiar a decisão do Governo. Relativamente às Moções do PS, votaremos contra a Moção sobre a Concessão de Baixo Tejo, precisamente porque vamos votar a favor da Moção da CDU e portanto não poderemos votar a favor desta.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Votaremos contra a Moção do PS sobre a zona pedonal precisamente porque apresentamos uma que tenta resolver os problemas e auxiliar a resolver aquela questão que é complicada e que é preciso resolver. A moção do PS, faz aqui duas exigências, uma à Câmara para garantir o respeito e a outra para que ponha no Relatório de Actividade o que é que fez, isto não resolverá propriamente o problema, talvez com a outra Moção que nós fizemos apelando a que a coisa se resolva no sentido daquilo que o Gualter aqui nos disse no período aberto ao público agente possa tentar ajudar como Assembleia Municipal a resolver aquele problema. Relativamente à recomendação sobre a maneira como a Câmara gere a informação e publicidade pedimos ao PS para votar isto por pontos, nós gostávamos de votar o ponto 1, o ponto 2 e o ponto 3 da deliberação em separado, se aceitarem votaremos em conformidade, se não aceitarem vamo-nos abster.-----

Relativamente à Moção sobre os 35 anos do 25 de Abril e à outra sobre a Costa de Caparica votaremos as duas a favor, mas só a parte deliberativa, porque relativamente a este considerando não concordamos muito bem com os considerandos, mas a parte deliberativa votaremos favoravelmente."-----

5.5.23 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Queria em primeiro lugar e uma vez que me inscrevi posteriormente à intervenção da Sr.^a Deputada Luísa Ramos afirmar aqui publicamente aquilo que em nome do PS já tinha afirmado à bancada da CDU, que estamos naturalmente disponíveis para fazer uma alteração relativamente à Moção que apresentamos para comemoração da Assembleia Municipal dos 35 anos do 25 de Abril, no sentido de que o grupo de trabalho possa sair com um representante de cada Partido, mas que se possa sair da 2^a Comissão.-----

E quero dizer Sr.^{as} e Srs. Deputados que achamos da maior importância que a Assembleia Municipal possa enquanto fórum da democracia local possa ela própria organizar na sua forma mais solene comemorações dos 35 anos do 25 de Abril. E hoje percebemos aqui tanto pelas intervenções da Câmara como também pela intervenção da Deputada Luísa Ramos que parece que as Moções não são forma de resolver problema nenhum, bom, as Moções são formas de nós podermos intervir nesta Assembleia Municipal e de intervir com carácter deliberativo. Nós achamos que é ao Plenário da Assembleia Municipal que compete em primeira instância fazer decisões tão simples como saber se reúne ou não reúne em Sessão Solene. E já me recordo também de outras matérias em que por exemplo estava a discutir o Regulamento do Urbanismo do Município de Almada, em que se pede uma discussão na Comissão, aí sim ser necessário, e esse tipo de iniciativas são bloqueadas pela maioria nesta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assembleia Municipal. Por isso nós não podemos apenas utilizar as Comissões quando nos interessa. Por isso nós achamos fundamental que a Assembleia Municipal possa reunir numa Sessão Solene com grande dignidade, com grande envolvimento por parte dos mais jovens nomeadamente para que possamos comemorar em conjunto os 35 anos do 25 de Abril.-----

Em segundo lugar gostaria de dizer à Sr.^a Deputada Helena Oliveira que naturalmente acederemos ao pedido de votação ponto por ponto da Moção relativa à publicidade. E permita-me que reforce neste período o porquê de apresentarmos esta Moção. Eu gostava de dar três exemplos daquilo que em nosso entender não deve ser feito por parte de um Município, seja ele um Município governado pelo Partido Socialista, pelo PSD, pelo PCP ou por qualquer outro Partido. A Câmara Municipal de Almada lançou no espaço de quarenta e cinco dias duas campanhas exteriores. Duas campanhas que de informação não têm relativamente nada. Uma das campanhas diz: Todos nós construímos o futuro. E no Boletim Municipal aparece com o feliz 2009. Mas nos cartazes espalhados por toda a Cidade não dizia mais nada do que todos nós construímos o futuro. E portanto, a fronteira entre aquilo que é propaganda e aquilo que é informação não se consegue perceber."-----

5.5.24 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Deputado, já ultrapassou e muito o tempo disponível."-----

5.5.25 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, eu vou utilizar a mesma tolerância."-----

5.5.26 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Deputado, não pode haver mais tolerância. Sr. Deputado Municipal, peço-lhe que termine."-----

5.5.27 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, a Sr.^a Presidente da Câmara excedeu largamente o tempo."-----

5.5.28 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Deputado, sem tolerância nenhuma, não lhe darei nem mais um minuto, e aos outros também não."-----

5.5.29 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Em segundo lugar a campanha de exteriores de grandes projectos, grandes realizações, de informação não tem rigorosamente nada de informação útil ao Munícipe, e são campanhas que custam muito dinheiro e que são feitas pura e simplesmente para gerir e servir uma agenda Partidária."-----

Em terceiro lugar, é uma vergonha que seja utilizado o editorial do Boletim Municipal para responder a iniciativas partidárias. Num mês em que o PS faz uma iniciativa intitulada, o PS



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

faz por Almada para chamar a atenção dos investimentos que o Governo fez no Concelho, a Sr.^a Presidente de Câmara permite-se utilizar o Boletim Municipal pago por todos os contribuintes para dizer que o Município de Almada faz. Se calhar foi uma simples coincidência, mas basta ler esta pérola para se perceber o que é a utilização abusiva dos dinheiros públicos.-----

Em terceiro lugar gostaria..."-----

5.5.30 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Deputado Municipal, isto é excessivo assim."-----

5.5.31 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"...de me referir muito sinteticamente `Moção sobre o Prémio Europeu da Mobilidade 2008.'---"

5.5.32 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Deputado Municipal, e é uma falta de respeito perante a Mesa e a Assembleia."-----

5.5.33 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, vou já terminar naturalmente e registo a tolerância que foi dada à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal."-----

5.5.34 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Deputado, não foi dada tolerância nenhuma Sr. Deputado Municipal."-----

5.5.35 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Se o Sr. me quer calar, com certeza."-----

5.5.36 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Deputado, calo sim senhor."-----

5.5.37 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados;-----

Vou passar a ler o Jornal de Negócios de 3 de Fevereiro de 2009: "A Estradas de Portugal está a pedir às concessionárias das auto-estradas que paguem meio milhão de euros por cada um dos eventos de assinatura de contratos de adjudicação das novas concessões rodoviárias". As concessionárias limitam-se a pagar a conta não tendo palavra na escolha de fornecedores ou sequer dos serviços prestados. O dinheiro é entregue directamente para os fornecedores que recebem o valor que as concessionárias consideram elevado face aos serviços. O meio milhão de euros por inauguração é equivalente a uma habitação de luxo em Lisboa, dois Ferraris. Destinam-se a pagar aos fornecedores da EP o aluguer e a montagem da tenda onde se vai realizar a cerimónia e o catering para cerca de cento e cinquenta convidados, a factura inclui ainda uma campanha de promoção nos media, outdoors, anúncios, encartes de empresa, spots de rádio, folhetos nas caixas do correio da zona. Inclui



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

também um site da concessão já distribuído e um vídeo com entrevistas realizadas em cada uma das regiões onde integra a concessão. Foi distribuído em caixas do correio propaganda sobre a Estradas de Portugal com esta fotografia, com estas afirmações do Primeiro Ministro. É disto que estamos a falar, quando falamos de propaganda e de aproveitamento dos dinheiros públicos para fins eleitorais partidários."-----

5.6 - Não havendo mais pedidos de palavra foi encerrado o debate e passou-se à votação dos documentos.-----

5.6.1 - A Moção/Deliberação, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, sobre Acesso aos Cuidados de Saúde, foi aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda; do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; do BE; e dos Presidentes da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria - eleitos do PS) e nove abstenções (de eleitos do PS).-----

5.6.2 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Bruno Dias, sobre Acessibilidades Rodoviárias no Concelho de Almada e Península de Setúbal, foi aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda; do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; e do BE) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria).-----

5.6.2.1 - Usou da palavra para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes.-----

5.6.2.1.1 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Um interpelação à Mesa no sentido de pedir à Mesa se possível, facultar à Câmara Municipal na sequência da aprovação desta Moção, a carta recebida e que foi distribuída no expediente, recebida dos TST dirigida a esta Assembleia Municipal, porque refere aqui que a dura realidade do dia-a-dia permite-nos infelizmente constatar que a fiabilidade de confiança de passageiros tem diminuído em virtude de congestionamento existente nas vias urbanas. Por exemplo Laranjeiro/Cova da Piedade onde existia um corredor de Bus, rodoviário que foi eliminado e conseqüentemente os pequenos percursos foram agravados em mais de quinze minutos e o nível de eficiência ambiental significou uma poluição de CO2 de mais de 58,80 toneladas; de dezassete mil e quinhentas horas perdidas, etc., etc.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Pedia ao Sr. Presidente se tinha a gentileza de fazer chegar à Câmara Municipal esta carta que nós recebemos no expediente."-----

5.6.2.2 - Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para esclarecimento.-----

5.6.2.2.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

A Mesa tem sempre o cuidado de não ficar com os documentos, são sempre distribuídos, não só aos eleitos da Assembleia Municipal como vão sempre para a Presidência da Câmara e para o Vereador do Pelouro."-----

5.6.3 - A Moção/Deliberação, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho, sobre Almada no Prémio Europeu da Mobilidade 2008, foi aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda; do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; do BE e dos Presidentes da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria - eleitos do PS) e nove abstenções (de eleitos do PS).-----

5.6.4 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Helder Viegas, sobre O Arsenal do Alfeite e a Luta dos Trabalhadores, foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda; e do BE) e de dezoito abstenções (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria; e do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica).-----

5.6.4.1 - Usou da palavra para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Municipal Almeida Lima.-----

5.6.4.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Almeida Lima:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O PSD recorrentemente tem votado favoravelmente todas as posições aqui apresentadas nesta Câmara relativamente aos problemas do Alfeite, dos seus trabalhadores, hoje não fugiríamos à regra não fosse considerarmos que o terceiro ponto da proposta de Moção da CDU desvirtua a luta concreta dos trabalhadores e abrange outras áreas com que nós não nos solidarizamos."-----

5.6.5 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, sobre Dignificar a Vida dos Almadenses, foi rejeitada por maioria, com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte e um votos a favor (de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria; do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; e do BE).-----

5.6.6 - A Moção/Deliberação, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira, sobre Contratação Pública Desincentivo à Precariedade, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda), catorze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria; e do BE) e sete abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica).-----

5.6.6.1 - Usou da palavra para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Municipal Bruno Dias.-----

5.6.6.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Os propósitos e os objectivos que estão na base da proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, os propósitos e os objectivos são inteiramente justos. A razão subjacente a esta proposta merece o nosso apoio.-----

Para trabalho permanente e subordinado tem de corresponder vinculo permanente.-----

Vergonhosamente as opções dos sucessivos Governos e em particular do actual Governo PS são de sentido contrário. É o Código do Trabalho; é a falta de condições e de meios para a Autoridade para as Condições de Trabalho - antiga Inspeção do Trabalho, etc.. O que é urgente e indispensável é que o País tenha um quadro legal e que haja vontade política dos Governos para combater este recurso sistemático à precariedade. E a proposta do Bloco de Esquerda afirmando uma causa inteiramente justa levanta no entanto problemas concretos ao nível da legalidade na sua aplicação.-----

A questão prende-se com a hierarquia das fontes de direito e é muito simples, um contrato ou um concurso lançado por uma Autarquia e por outra entidade qualquer não pode definir critérios ou condições que não sejam previstas na Lei, veja-se os artigos 112º e 241º da Constituição da Republica. Não se trata aqui da omissão que possa existir no Decreto-Lei do Código de Contratação Pública nem vale dizer que a Lei não impede a Autarquia de impor esta condição ou outra, o problema aqui é que as condições de um concurso tem de estar previstas na Lei, se assim não for uma empresa podia vir a impugnar um concurso na aquisição de bens e serviços pelo simples facto da Câmara Municipal se estar a basear numa deliberação da Assembleia Municipal que estabeleça obrigações que a Lei não estabelece. Nesse sentido, devido às dificuldades concretas que esta proposta levanta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

quanto à legalidade da sua aplicação, nós podemos acompanhar esta Moção mas queremos deixar de forma bem clara e sublinhada que assumimos o nosso apoio e o nosso acordo com as razões de fundo de combate à precariedade que estão subjacentes às motivações expressas na Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda."-----

5.6.7 - A Moção/Deliberação, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira, sobre Em Defesa da Zona Pedonal de Almada Centro, foi rejeitada por maioria, com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte e um votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, Trafaria; do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; e do BE).-----

5.6.8 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Caetano Rolo, sobre Comemorações dos 35 anos do 25 de Abril de 1974, foi aprovada por unanimidade, com a emenda ao nº 1 da parte deliberativa.-----

5.6.9 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira, sobre Publicidade Órgãos Autárquicos, foi rejeitada por maioria - votada por pontos a sua introdução foi considerada prejudicada:-----

Ponto 1- Rejeitado por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte e um votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, Trafaria; do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; e do BE).-----

Ponto 2 - Rejeitado por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte e um votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, Trafaria; do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; e do BE).-----

Ponto 3 - Rejeitado por maioria com vinte e cinco votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal, Sobreda, e do BE) e dezoito votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, Trafaria; e do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica).-----

5.6.9.1 - Usou da palavra para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Municipal Mendonça Mendes.-

5.6.9.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Mendonça Mendes:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

É para anunciar que o Partido Socialista irá apresentar desde já um requerimento para esclarecer o dinheiro e o motivo pelo qual foram feitas as recentes campanhas publicitárias, e anunciar também que por cada campanha publicitária que a Câmara Municipal de Almada lançar nós continuaremos a fazer o requerimento e exigiremos a resposta no prazo dos quinze dias, coisa que a Câmara como sabe nunca ou raramente cumpre."-----

- 5.6.10 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Dinis Vaz, sobre Bairros de Lata, foi rejeitada por maioria, com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte e um votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, Trafaria; do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; e do BE).-----
- 5.6.11 - A Moção/Deliberação, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Inês Alexandre, sobre Concessão Baixo-Tejo, foi rejeitada por maioria, com vinte e cinco votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal, Sobreda; e do BE), dezassete votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, Trafaria; e do PSD) e uma abstenção (do Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica - eleito do PSD).-----
- 5.6.12 - A Moção/Deliberação, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre, sobre Zona Pedonal Almada, foi rejeitada por maioria, com vinte e cinco votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal, Sobreda; e do BE), dezoito votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, Trafaria; e do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica).-----
- 5.6.12.1 - Usaram da palavra para uma declaração de voto os Srs. Deputados Municipais Bruno Dias e António Mendonça Mendes.-----
- 5.6.12.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
- Uma declaração de voto sobre este documento que acabámos de votar e em conjunto também abordando a Moção sobre o mesmo assunto que o Bloco de Esquerda apresentou. E sobre esta matéria a CDU deseja sublinhar e recordar que em finais de Novembro na zona do Concelho de Almada que estava em apreço nestes documentos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

quarenta mil automóveis passavam diariamente circulando naquela área. Hoje três meses depois, há mil veículos autorizados, um quarenta avos dessa situação.-----

Este é um processo muito ambicioso, que já está a representar grandes avanços e desafiamos qualquer pessoa a demonstrar uma outra experiência do nosso País que em apenas três meses tenha representado e conquistado o avanço concreto que neste caso o nosso Concelho está a conseguir. Quem precisa de tempo para se adaptar a este processo, muito mais do que o Município de Almada do que as Autarquias do Município de Almada, são os moradores, é o comércio Local, são os sistema de distribuição e logística associados ao comércio e às actividades económicas.-----

Há soluções e normas transitórias que têm sido adoptadas para permitir e apoiar essa adaptação. Este é um processo gradual extremamente complexo, exigente, aplicado que exige uma grande sensatez, um grande bom senso, um grande diálogo com as populações e com os agentes locais e que não pode assentar numa lógica de aplicação imediatista e inflexível da autoridade. A situação nesta matéria não está actualmente como nós queremos que fique. Não podemos dar este passo por encerrado. É preciso continuar a acompanhar, a sensibilizar, a exigir, a fazer cumprir o que está em vigor, até porque não se trata propriamente de uma anarquia generalizada que está a ser vivida. Estamos muito longe do que tínhamos há três meses.-----

Em relação aos Transportes Sul do Tejo e aos autocarros que todos os dias ali circulam é preciso recordar e ter em conta a situação dos utentes dos transportes relativamente ao passe social, na medida em que o Governo após anos de insistência relativamente à questão do tarifário continua a não incluir o Metro Sul do Tejo no sistema do passe social. Retirar de forma automática e proibir a circulação de autocarros naquela zona seria penalizar milhares de pessoas que ficariam sem a utilização de autocarros no âmbito do passe social. E não podemos acompanhar estas Moções, mas não desistiremos de acompanhar este processo. Queremos dizer que neste processo e nesta discussão falta dizer uma palavra de solidariedade e de apoio e de compreensão para todos os cidadãos que manifestaram a sua indignação relativamente e que tenham sofrido situações de abuso de actuação policial. Foi aqui mencionada essa situação concreta da actuação por parte de autoridades policiais e nesse sentido queremos afirmar aqui a nossa preocupação relativamente a esse momento. Mas queremos em particular e neste momento que se votou a proposta de Moção/Deliberação do Partido Socialista, queremos sublinhar que estamos perante uma formulação na parte deliberativa da proposta, uma formulação deliberadamente vaga e sem concretização, apenas referindo o efectivo respectivo pelas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

zonas pedonais. Quando o Partido Socialista não diz uma palavra sobre o que de facto quer para a zona pedonal, não diz sequer proibir toda e qualquer automóvel de ali entrar moradores e comerciantes incluídos, não diz sequer proibir os automóveis de passar quando o MST não está integrado no passe social, não diz sequer acabar com os lugares de estacionamento. Estamos perante um lamentável exercício de incoerência e oportunismo político que não podemos aceitar nesta Assembleia."-----

5.6.12.1.2 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Uma declaração de voto no sentido de dizer o seguinte; a apresentação da Moção para garantir que as zonas pedonais sejam efectivamente pedonais, é acima de tudo um exercício de cidadania e é um grito contra a hipocrisia daqueles que dizem que querem ter zonas pedonais e que na prática vêm depois defender que as zonas pedonais que são zonas de peões devem ter mais coisas para além dos peões, é um grito contra a hipocrisia."-----

5.6.13 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais, sobre Minimização da Crise Económica, foi rejeitada por maioria, com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidente de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda) e vinte e um votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, Trafaria; do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; e do BE).-----

5.7 - O Sr. Presidente usou da palavra para apresentar e colocar à apreciação da assembleia a rectificação do erro na indicação do resultado da votação da Moção do BE sobre o "Trabalho Precário na Administração Local" inscrito na página 57, ponto 5.6.12 da Acta nº 13/IX-3º referente à Reunião Plenária realizada no dia 25 de Setembro de 2008.-----

Na referida votação o BE e o PS incluindo os Presidentes das Juntas de Freguesia da Trafaria e Charneca de Caparica, votaram a favor e não como está na Acta que indica a abstenção.-----

5.7.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----
Fomos alertados por uma Múncipe para um erro que é referido também na própria Súmula da Reunião de Representantes, para um erro na Acta nº 13/IX-3º, ponto 5.6.12, na página 57, em que refere a abstenção dos eleitos do PS e do Bloco Esquerda, inclusive dos Presidentes de Junta a Trafaria e da Charneca de Caparica, quando não é abstenção mas sim votos a favor. O que se põe à vossa consideração é que considerem este erro e que fique registado na Acta de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

hoje a votação certa, ou seja os treze votos que estão como abstenção devem ser considerados votos a favor."-----

5.8 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra, foi colocado à apreciação da Assembleia e aprovado por unanimidade a rectificação do ponto 5.6.12 da Acta nº 13/IX-3º.-----

6 – Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.-----

7 – O Presidente colocou à consideração da Assembleia a Minuta da Acta.-----

7.1 - Foi assim lida e aprovada a Minuta da Acta da presente reunião.-----

8 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr. Miguel Ribeiro (Boletim Municipal da Câmara Municipal); Sr.ª Sandra Carvalho (Agência Lusa); Sr.ª Susana Mendes e o Sr. Fernando Fitas (Noticias de Almada) e de cento e dois Srs. Munícipes.-----

9 - Verificou-se a presença à Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores José Manuel Raposo Gonçalves; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Carlos Manuel Coelho Revés; António Francisco Salgueiro.-----

10 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 01H30 do dia 26 de Fevereiro de 2009.-

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____